



ELO



PORTE
PAGO

ANO X
N.º 121
MENSAL
MAIO
1984
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

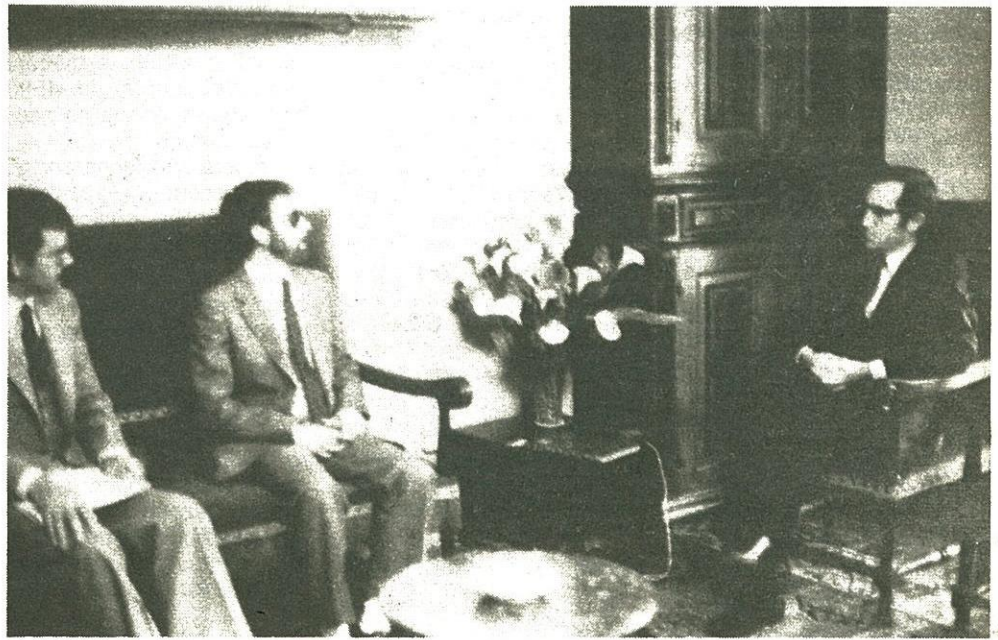
DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

X ANIVERSÁRIO DA ADFA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA RECEBEU DIRECÇÃO DA ADFA

- **COMPREENSÃO E APOIO AOS PROBLEMAS DOS DEFICIENTES**
- **REPRESENTANTE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA VAI ESTAR PRESENTE NA SESSÃO SOLENE**

(PÁG. 6)



SESSÃO SOLENE DIA 14 DE MAIO, NA SEDE, EM LISBOA

(PÁG. 6)



CONVÍVIO NACIONAL EM 16 E 17 DE JUNHO EM VILA DO CONDE

- **CONVÍVIO DE SÓCIOS EM ALCOBAÇA, DIA 9 DE JUNHO**
- **CONVÍVIO DE SÓCIOS NO CARTAXO, EM 10 DE JUNHO**
- **COLÓQUIOS SOBRE A GUERRA COLONIAL**
- **PATENTE AO PÚBLICO UMA EXPOSIÇÃO SOBRE A ADFA**

(PÁGS. CENTRAIS)

(Pág. 11)

25 DE ABRIL FOI COMEMORADO EM TODO O PAÍS

(Pág. 2)

A REABILITAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

(Pág. 12)

«ELO» ENTREVISTOU SÓCIO N.º 1 DA ADFA, J. COUCEIRO

(Pág. 3)

SÓCIOS DA I GUERRA MUNDIAL

(Pág. 5)

● **ADRIANO LEITE, DIRIGENTE DA ANDST**

(Pág. 4)

1974 25 ABRIL 1984 25 ABRIL 1974 25 ABRIL

25 DE ABRIL COMEMORADO EM TODO O PAÍS

Em todo o país as comemorações do 10.º Aniversário do 25 de Abril, pela sua extensão e participação popular, constituíram sinal de que se mantém viva a adesão popular ao 25 de Abril e a gratidão aos militares de Abril.

Além das comemorações oficiais, que de modo nenhum conseguiram que os militares de Abril, na sua esmagadora maioria, nelas participassem, esvaziadas de participação popular, e além da grande manifestação popular na tarde de 25 de Abril,

tem-se destacado a Associação 25 de Abril pelo número de evocações pontuais e iniciativas culturais, já por nós anunciadas e das quais destacamos as exposições, o seminário sobre os três «D» do MFA, os concursos e os espectáculos. As comemorações do 25 de Abril pela Associação 25 de Abril atingiram uma dimensão inesperada, tendo-se a ADFA associado à mesma, sendo prova disso a cedência do Salão Nobre da ADFA para a exposição *Participação da Criança*.

AS COMEMORAÇÕES PELA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Exposição Bibliográfica e Documental

Foi inaugurada na Faculdade de Letras, em Lisboa, ao fim da tarde de 30 de Abril, com a presença de cerca de duas centenas de pessoas, a Exposição Bibliográfica e Documental Portugal-Abril, tendo patente ao público um milhar de obras, ilustrativo do número considerável de publicações sobre a Revolução de Abril ou que a liberdade de Abril tornaram possíveis, sob o lema **Escrever é Lutar**.

Autores Militares, Dos Antecedentes ao 25 de Abril, Fascismo e Oposição, Imprensa, Processo Político, Colonialismo, Guerra Colonial, Descolinização, Imagem e Revolução, Teatro, Poesia, Ficção, Literatura Angolana, constituem os principais temas pelos quais se distribuem as obras expostas. As primeiras páginas dos diversos jornais portugueses e artigos da Imprensa estrangeira (de nove países) publicados em 25 de Abril de 1974 e nos dias seguintes permitem também evocar os acontecimentos que há dez anos mudaram Portugal. Destacamos ainda dois painéis gigantescos, um de homenagem ao 25 de Abril e outro de homenagem aos escritores antifascistas desaparecidos nos últimos dez anos, painéis que são uma obra colectiva de estudantes da ESBAL.

Também oitenta fotografias dos mais diversos murais que passaram a encher as paredes das ruas após o 25 de Abril, alguns bem interessantes e hoje já desaparecidos, constituem uma boa recolha da mesma forma de expressão. A exposição vai estar ainda aberta durante este mês, das 10 às 13, nos dias 11,

14, 18, 21, 25, 28; 14 às 17 nos dias 12, 13, 16, 23, 30; das 17 às 19 horas nos dias 15, 17, 22, 29; das 20 às 22 nos dias 17, 25 e 31.

Integrados na exposição, decorrerão na Faculdade de Letras os colóquios **Encontro de escritores com os jovens**, dia 9 de Maio, às 14.30; **Jornalismo: os jornais e o papel dos jornalistas**, 16 de Maio, às 14.30; **Teatro**, 17 de Maio, às 17.30; **Música**, 22 de Maio, às 17.30; **História: 25 de Abril — o Passado, o Presente**, dia 23 de Maio, às 14.30; **Cinema**, dia 29 de Maio, às 17.30; **O Direito, a Lei, os Tribunais e o Cidadão**, dia 30 de Maio, às 14.30; tendo-se realizado já os colóquios **Encontro de Militares de Abril com os Jovens e A Poesia**.

Participação da criança

Coube à ADFA acolher no salão nobre do Palácio da Independência a exposição dos trabalhos enviados à Associação 25 de Abril, dentro da iniciativa **Participação da Criança**. Mais de 10 000 trabalhos foram recebidos de todo o País, encontrando-se expostos na ADFA 160 dos mesmos, numa evocação plena de cor e criatividade do 25 de Abril, expressão dos anseios que o 25 de Abril significa. Além dos desenhos e aguarelas também diversos poemas e textos enriquecem a exposição.

Inaugurada no dia 2 de Maio, traduzindo a colaboração possível entre a ADFA e a Associação 25 de Abril, a exposição já contou com a visita de diversas escolas.

Também na Sociedade Nacional de Belas-Artes se encontra uma exposição de artes plásticas e no Clube Militar Naval uma exposição de medalhística, numismática e filatelia, ambas patentes até 31 de Maio.

CONVÍVIO DESPORTIVO EM ALMEIRIM

Integrado nas comemorações do 25 de Abril, a DGD-Santarém e a Câmara Municipal de Almeirim levaram a efeito um convívio desportivo para deficientes no passado dia 5 de Maio.

Disputou-se um encontro de basquetebol em cadeira de rodas entre a ADFA e o Alcoitão tendo após um jogo muito disputado vencido a nossa Associação por 49-40. Seguiu-se um jogo de futebol de salão entre duas equipas de cegos da Associação Luís Braille e o Instituto Branco Rodrigues.

Os atletas puderam confraternizar durante um almoço que se realizou nas instalações da Escola Secundária desta vila.

Pelas 16 horas efectuou-se uma corrida em cadeiras que foi ganha por um atleta do Alcoitão.

Mais uma vez se fez sentir a necessidade de aquisição de novas cadeiras para a prática do desporto: em basquetebol ainda vamos dando cartas mas nas corridas perdemos tudo.

Não queríamos deixar de referir a forma como fomos recebidos pelas gentes de Almeirim, nomeadamente por parte da Câmara Municipal e do DGD-Santarém e particularmente ao professor Féria. A organização do convívio foi muito boa, tendo-se cumprido todos os horários e os atletas foram muito acarinhados.

Iniciativas deste estilo são muito louváveis e devem ser incentivadas noutros locais. Por nós estamos sempre dispostos a nelas participar, sendo nosso desejo voltar mais vezes a Almeirim.

4000 PESSOAS NO ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO

• Ramalho Eanes enviou mensagem

No almoço de confraternização promovido pela Associação 25 de Abril, realizado frente à Torre de Belém, no dia 30 de Abril, estiveram presentes cerca de 4500 pessoas, conforme os seus organizadores.

Embora não tenha podido estar presente, o Presidente da República enviou uma mensagem na qual afirmou:

«Mais do que em outros anos, este seria aquele em que maior agrado teria neste convívio fraterno de amizade e solidariedade». «Não esqueço o valeroso símbolo e, por isso mesmo, quero sublinhar a importância que tem para todos os que confraternizam neste almoço a possibilidade de afirmarem, sem qualquer sombra para dúvidas ou para inter-

pretações múltiplas, que cumpriram o que prometeram», salientou Eanes.

Segundo o Presidente da República, «se hoje vivemos em liberdade com tolerância de ideias e de posições, com a garantia de que será da vontade colectiva que emerge o poder político, não devemos esquecer que tudo isso é possível porque os militares, cidadãos fardados, souberam ter a coragem de manter os seus ideais e os seus compromissos». «A esses mesmos militares — considerou Eanes — é devido o reconhecimento nacional por terem tido também a humildade de se afastarem, permitindo assim a perfeita normalização da nossa vida democrática».

Seminário «25 de Abril — 10 anos depois»

Conforme já foi noticiado no jornal anterior, realizou a Associação 25 de Abril entre 2 e 4 de Maio, um seminário subordinado, ao tema «25 de Abril — 10 anos depois». Os trabalhos decorreram nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian.

Estiveram presentes figuras de relevo da cena política nacional e representantes de muitas embaixadas. A sessão inaugural foi presidida pelo Presidente da República.

Realizaram-se 17 sessões, foram apresentadas 67 comunicações foram feitas 130 intervenções.

As conclusões do seminário não foram ainda elaboradas, foram no entanto lidas breves sínteses que são já uma panorâmica do decorrer dos trabalhos, e que foram publicados em vários órgãos da comunicação social.

A importância destes temas é importante para a problemática da nossa associação, nomeadamente naquilo que concerne à descolonização pois que se esta existiu é porque houve uma colonização que urge analisar e desmistificar, para que possamos desta forma compreender as origens da guerra e, conhecendo-a, evitá-la, esse é aliás um dos aspectos fundamentais da nossa Associação.

O espectáculo muitas vezes acompanhado com saudade, outras com entusiasmo por parte do público contou com a actuação de Carlos Paredes, José Mário Branco, Luís Cília e Fausto.

Espectáculo evocativo da canção de intervenção

No dia 4 de Maio depois da sessão de encerramento do Seminário, às 21.30, realizou-se um espectáculo evocativo da canção de intervenção.

O Coliseu dos Recreios, literalmente cheio, foi pequeno para acolher todos os que pretendiam assistir a este espectáculo que começou com a exibição de um diaporama onde foram analisadas a guerra colonial o

25 de Abril e o papel de intervenção que tiveram cantores como Francisco Fanhais, José Afonso, José Mário Branco, Adriano Correia de Oliveira, etc.

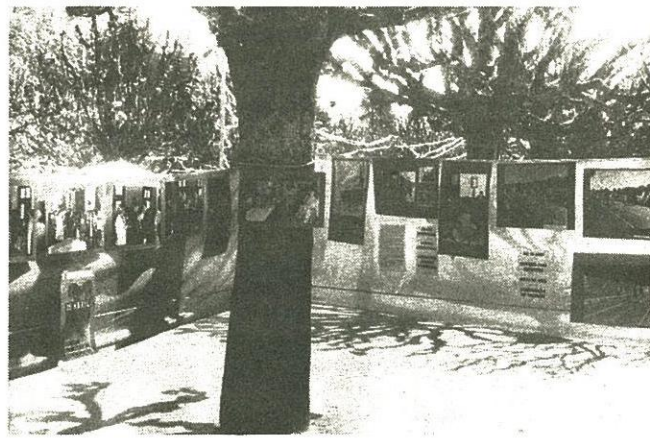
abordavam temas relacionados com o 25 de Abril e descolonização, nomeadamente o período pós-independência.

DIA 25 DE ABRIL NA ADFA

De acordo com as várias acções a levar a cabo no âmbito das comemorações do X Aniversário, realizaram-se no passado dia 25 de Abril, na sede da ADFA, algumas iniciativas evocativas desta efeméride.

Pelas 15 horas procedeu-se à projecção de quatro filmes de animação destinados aos mais pequeninos que seguidamente procederam à feitura de desenhos, cujo tema era livre.

Às 15.30 horas, iniciou-se a projecção de quatro filmes sobre os países africanos de língua Portuguesa, os quais



ADFA NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL EM COIMBRA

Integrada nas comemorações do X Aniversário do 25 de Abril, em colaboração com a respectiva comissão promotora, a ADFA organizou uma exposição fotográfica subordinada ao tema «ADFA — 10 Anos de Luta».

Os nossos camaradas da delegação de Coimbra estiveram integrados na organização das comemorações, tendo realizado para além da exposição, uma exibição de basquetebol em cadeira de rodas.

ENCONTRO DE BASQUETEBOL



Demonstração de basquetebol em cadeira de rodas

No âmbito das comemorações do 25 de Abril, a nossa congénere de Coimbra realizou um encontro de basquetebol em cadeira de rodas, entre duas equipas pertencentes à ADFA.

Apresentaram-se ao jogo as nossas equipas principais, tendo sido o resultado final de 56-33 favorável à equipa A.

Grças ao empenho dos jogadores, a competição foi seguida ante o público, com grande entusiasmo, tanto assim que no final do encontro entrevistou-se um espectador o qual, confessou nunca ter assistido a idêntico desafio e, lamentou não ha-

ver muitas mais manifestações dignas como a que presenciou.

Enaltecemos a arbitragem, a qual foi fácil graças ao árbitro da FPB. Raul Galvão, que não teve o mínimo problema devido à espontaneidade de movimentos e correcção dos intervenientes.

Queríamos agradecer o apoio da delegação da DGD, em Coimbra, por parte do dr. Rui Costa, o qual se prontificou desde o princípio a colaborar com a nossa iniciativa e desde já contamos ainda com mais público nas próximas manifestações desportivas.

**ELO ENTREVISTOU
JOAQUIM COUCEIRO
SÓCIO N.º 1**

DEFICIENTES DEVEM SER ENCARADOS DE ACORDO COM AS SUAS NECESSIDADES

Ao entrarmos no X Aniversário da ADFA, através de uma entrevista ao sócio n.º 1 da ADFA, Joaquim Couceiro, procurámos colher uma imagem da realidade da ADFA, no seu passado e no seu presente, através da sua memória pessoal e reflexão sobre a vida associativa.

Sócio n.º 1, tal como o poderia ter sido qualquer um dos dez primeiros sócios, Couceiro tem participado activamente na vida da ADFA, sendo neste mandato o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral e tendo feito parte até 1983 dos órgãos sociais da Delegação do Porto, além de no início da criação da ADFA ter feito parte da Comissão Ad Hoc.

Atingido por uma mina em Moçambique e ficando cego de um dos olhos, Couceiro retirou da deficiência o seu empenhamento na luta por todos os deficientes em geral e das Forças Armadas, em particular. Para ele, todos os deficientes devem ser encarados segundo as suas necessidades, independentemente da origem da deficiência.

No Hospital Militar da Estrela

ELO — Enquanto sócio n.º 1 esteve de certeza ligado às primeiras acções constitutivas da ADFA. Como surgiu a ADFA?

COUCEIRO — Ainda antes do 25 de Abril, havia um conjunto de deficientes que estava no Hospital Militar da Estrela, no qual eu estava incluído, revoltado com a situação que se vivia, fundamentalmente pela marginalização dos militares deficientes que chegavam da guerra e em relação à garantia da defesa dos seus interesses, fosse no campo da segurança social ou da sua possível reabilitação. Surgiram assim reuniões para se debater estes assuntos e, ainda antes do 25 de Abril, chegou-se a fazer um documento para ser entregue ao governo de então. Tratava-se no fundo de um grupo de internados no hospital preocupados com a defesa dos seus interesses, com a sua situação futura, quando saíssem da tropa e fossem lançados na sociedade.

ELO — Qual a situação dos deficientes militares antes do 25 de Abril?

COUCEIRO — Os militares do Quadro Permanente estavam já defendidos em termos de pensão, por um decreto dos anos sessenta que lhes garantia uma pensão por inteiro, em função do vencimento que tinham. Quando aos outros deficientes militares, segundo creio, eram considerados pelo estatuto da aposentação até 1973. Pelo decreto 210 de 1973, houve logo uma primeira marginalização porque esse decreto veio dar uma reforma só aos que tivessem uma incapacidade superior a 15 por cento, contraída em campanha, sendo a definição de acidente em campanha bastante limitada. Foi à volta da discussão dessas questões que se reuniu o grupo de que falei e do qual eu fazia parte.

Esse grupo de indivíduos continuou a reunir, logo a seguir ao 25 de Abril.

Sócio n.º 1 por sorteio

ELO — Como se veio então a tornar o sócio n.º 1?

COUCEIRO — Foi desse grupo, vamos lá, de pioneiros que nasceram os primeiros dez sócios da associação. Desses dez, que na criação da Associação formaram a comissão «Ad Hoc» para a constituição da Associação, logo a seguir

ao 25 de Abril, foi feito um sorteio para atribuição do número de sócio de 1 a 10, e por sorteio a mim calhou-me o número 1. Só a partir daí é que o número de sócio é feito por acto de inscrição.

— Como se destacou esse grupo restrito de dez, digamos, fundadores da Associação?

— Antes do 25 de Abril havia um certo medo das pessoas falarem, de se juntarem e conversarem sobre os seus problemas. Não houve intenção de limitar ou aumentar o número de pessoas. As pessoas iam conversando, iam-se juntando, de uma forma natural. O primeiro grupo que reunia e depois mais um ou dois sócios que veio a constituir a comissão Ad Hoc acabou por contar com dez pessoas. E foi numa reunião mais alargada, logo a seguir do 25 de Abril, na casa do Paulino, que se constituiu a referida comissão, em casa de quem já nos reuníamos antes do 25 de Abril. Chamaram-se mais elementos que estavam connosco todos os dias no hospital e dessa reunião saíram eleitos para a comissão Ad Hoc praticamente os que já tinham vindo a reunir e estavam dentro dos problemas.

Entregue em 14 de Maio de 1974 o 1.º Caderno Reivindicativo

ELO — Tem presente alguns passos dados então?

COUCEIRO — É o 14 de Maio, em que a comissão Ad Hoc foi entregar à Junta de Salvação o primeiro caderno reivindicativo, data do aniversário da ADFA. A constituição da Associação deu-se em Junho na Assembleia feita no Pavilhão dos Desportos. O funcionamento administrativo iniciou-se numa só sala que nos foi dada no Palácio da Independência, onde ainda estava a Comissão Liquidatária Mocidade Portuguesa. Foi-nos dada só uma sala e nós fomos apanhando outra, foi-nos dada outra, e fomos tomando outra e mais outra, até que em fins de 1974 estávamos instalados no Palácio da Independência.

Na criação da Delegação do Porto

ELO — Em relação ao Porto, como é que se passaram as coisas?

COUCEIRO — Regressei ao Porto em Agosto de 1974 e aqui mobilizámos as pes-

soas de modo a constituirmos a 2.ª delegação da ADFA no País. Há muita gente que pensa que o Porto foi a primeira delegação, mas a primeira foi a de Vila Nova de Famalicão. Ainda eu estava em Lisboa, e surgem sócios de Famalicão que constituem a sua delegação.

Depois de termos desenvolvido bastantes contactos e reunido bastantes sócios, foi em 6 de Dezembro que no Porto se fez a primeira grande reunião convocada pelos órgãos de informação, no Regimento de Infantaria do Porto, o regimento n.º 6 na altura. As primeiras reuniões antes dessa eram feitas no Café Ambrizete.

Sobre as instalações, foi através das próprias autoridades do Regimento de Cavalaria n.º 6, onde eu estava ainda no activo, que soubemos da existência das instalações da Legião Portuguesa, pois era o pessoal do Regimento de Cavalaria que estava a tomar conta delas. Através de um pedido formal conseguimos que nos fosse cedida parte das instalações, primeiro só duas salas do edifício pequeno lá existente, dentro de uma área de terreno bastante grande.

Depois, o Porto tem sido a delegação que mais expansão teve e mais trabalho tem desenvolvido ao longo dos anos da vida da Associação. Em termos de realizações consegui com o Centro Oficial uma grande expansão, mostrando, por um lado, publicamente todo um trabalho desenvolvido pela própria Associação, por outro lado, mostrando que efectivamente os deficientes são capazes de fazer muita coisa desde que tenham possibilidades para isso e desde que as entidades oficiais prestem atenção àquilo que eles são capazes de fazer.

A luta histórica de 1975

ELO — Dado que tem acompanhado a vida associativa da ADFA, ao longo destes dez anos, quais foram até hoje as manifestações, os momentos mais importantes da ADFA.

COUCEIRO — Tenho participado em todo o tipo de manifestações que a Associação tem desenvolvido, manifestações em todos os sentidos. Sempre estive, porque considero que a nossa associação é a única defesa que os Deficientes das Forças Armadas têm e é ainda hoje a nível nacional, a única organização em termos de organização, que pode tentar com êxito fazer qualquer coisa pelos deficientes, a nível nacional.

Recordo a luta da Associação em Setembro-Outubro de 1975. Estava de férias na altura e houve uma assembleia nacional, em Lisboa, onde se discutiu o impasse em que se estava, tendo já passado os sucessivos governos sem o nosso caderno reivindicativo ser atendido. Decidiu-se uma manifestação de rua, nesse mesmo dia. Acabou a assembleia e fizemos uma

manifestação até ao Palácio de Belém, e foi aí que começou a nossa grande luta. Houve conversações, a direcção foi falar ao Conselho da Revolução, se não estou em erro, houve promessas de que o assunto ia ser encarado. Resposta que não satisfiz os sócios que tinham acompanhado a manifestação. Então, a partir daí, constituiu-se uma comissão de luta que encabeçou as actividades desenvolvidas como, por exemplo, a tomada da Emissora Nacional, do Rádio Clube Português, da Ponte, da Portagem de Sacavém; uma série de actividades para chamar a atenção dos governantes para a nossa situação. A maior luta feita pela associação até hoje, foi essa. Recordo-me de ter também integrado essa comissão, de luta.

Para além das reivindicações legislativas

ELO — Houve então, nessas manifestações em Lisboa, uma participação grande dos sócios do Porto e de outras zonas do País? Foram essas as maiores manifestações?

COUCEIRO — Teve uma grande adesão e tenho mesmo impressão que a zona do país que mais presenças garantiu foi a zona do Norte. Garantimos presenças na manifestação e nos vários postos de luta permaneceram sócios do Norte em maioria.

Em termos de força, como manifestação de força, foi essa a manifestação de maior impacto, visto também o contexto político da época. Houve também há cerca de três anos uma outra grande manifestação, mas essa já decorreu de uma forma muito mais ordeira, já controlada e organizada, dadas as leis que já tinham também saído sobre as manifestações. Em 1975, vivia-se ainda a euforia de certos mitos que acabavam, de certas limitações que acabavam, e as pessoas de uma forma mais expansiva e natural deitaram cá para fora o que tinham preso durante muitos anos.

Em termos de manifestação pública da sua força, a ADFA tem desenvolvido variadíssimas acções quer como organização ao serviço dos deficientes, quer como corpo de indivíduos com uma força de organização interna muito grande, além da sua afirmação através de manifestações culturais e desportivas, ou de carácter médico, clínico, e de carácter pedagógico, ligadas ao campo dos deficientes. Notem-se as variadíssimas manifestações desportivas que têm sido feitas por todo o País. Todas essas actividades têm demonstrado a força da organização e a organização que é a força dos deficientes das Forças Armadas.

Evocação da Ludintegra

ELO — Evocando a Ludintegra, levada a cabo no Porto terá a mesma criado um impacto com resultados ainda hoje observáveis?

COUCEIRO — Penso que sim, porque em termos de manifestação de todos os deficientes, neste caso uma manifestação pública da presença dos deficientes através das suas actividades de carácter cultural e desportivo, que foi a Ludintegra, talvez a maior manifestação de praticamente todas as organizações de deficientes, se mostrou aquilo que os deficientes são capazes de fazer, tentando mostrar que os deficientes, por um lado, são seres que necessitam de um olhar especial da sociedade por eles como, por outro lado, são seres perfeitamente capazes de contribuir para a realização dos interesses comuns.

Atingir a igualdade de direitos

ELO — Culminando as lutas de 1975 na publicação do Decreto-Lei 43/76, pode considerar-se essa a maior vitória da ADFA obtida até hoje?

COUCEIRO — Julgo que esse foi o passo mais importante conseguido até hoje, ao longo destes dez anos. E porquê? Porque nessa altura vinha-se do nada, e conseguiu-se alguma coisa. É evidente que logo nessa altura o decreto não agradou porque estabelecia grandes diferenças entre as variadas origens da deficiência, o que para nós era altamente negativo e ia contra o tal caderno reivindicativo apresentado em Maio de 1974. Sempre pensámos que os deficientes das Forças Armadas devem ser encaradas da mesma forma, desde que tenham contraído a sua deficiência no serviço militar devem merecer regalias iguais, em termos sociais. Em termos de reabilitação e reintegração social, os deficientes são todos iguais, independentemente da causa da sua deficiência. Continuo a achar que os deficientes têm que ser olhadas pelas necessidades que têm e não pela origem da sua deficiência. Se ao prestar serviço militar, um indivíduo se deficientou, logicamente os deveres do Estado para com ele devem ser independentes da situação que originou a deficiência; tanto tem direito à assistência social um indivíduo que ficou sem um braço por uma mina ou um tiro, como o indivíduo que ficou sem um braço porque um camião da tropa lhe passou por cima quando ele se encontrava a executar um serviço qualquer. Ainda hoje a associação tem que caminhar para a exigência de regalias iguais para todos os deficientes.

Ainda hoje não se conseguiu que as entidades governamentais concedessem uma igualdade de direitos, mas tem-se caminhado lentamente nesse sentido. Estamos hoje, em termos de

relações com as entidades oficiais muito mais avançadas do que há alguns anos atrás. A associação tem que encontrar as melhores vias para que os seus objectivos nesse sentido sejam conseguidos: igualdade de direitos e deveres para todos os deficientes das Forças Armadas.

ELO — A diferença entre deficiente em campanha e deficiente em serviço, tem posto em causa a unidade da ADFA?

COUCEIRO — A unidade da ADFA passa por muitas coisas, mas também passa por isso. É evidente que por exemplo os deficientes em serviço não estão satisfeitos quando sabem que a sua pensão é inferior à daqueles que as entidades oficiais consideraram em campanha, embora os órgãos sociais até hoje nunca tenham feito diferenças entre uns e outros, nem pode fazer, nem deve fazer.

Vida associativa passa pelas delegações e núcleos

ELO — A grande capacidade de mobilização dos sócios da ADFA e a sua participação na vida associativa ainda se mantêm vivas?

COUCEIRO — Porque se resolveram já muitas necessidades, já houve anteriormente uma maior capacidade de mobilização. Foi a defesa dos interesses e necessidades, digo mesmo materiais, que mobilizaram em força os sócios da ADFA. Também hoje, ao nível das reuniões, há uma menor participação, que se pode dever a um certo carácter intempestivo das mesmas e à forma menos respeitadora de certas intervenções, que levou muitos sócios a deixarem de ir às mesmas.

Mas a associação tem cada vez maior participação dos sócios em outros moldes e em iniciativas espalhadas por todo o país, desde as manifestações desportivas, até aos convívios e exposições. A vida associativa, cada vez vai passar mais pelas delegações e pelos núcleos.

A integração social

ELO — Entre as questões que se colocam hoje ainda, qual a fundamental? Quais as perspectivas futuras?

COUCEIRO — O problema mais importante que hoje se mantém é a equiparação, em pé de igualdade, de todos os deficientes aos outros cidadãos. Neste campo é possível a ADFA dar um contributo fundamental na luta pela integração social dos deficientes, que deve constituir o objectivo fundamental do movimento associativo de deficientes a nível nacional, pelo qual a ADFA tem trabalhado.

LEIA — ASSINE

E DIVULGUE O ELO

O MOVIMENTO DE DEFICIENTES EM PORTUGAL OS DEFICIENTES E SINISTRADOS DO TRABALHO

ENTREVISTA COM ADRIANO LEITE

Tal como o 10.º aniversário do 25 de Abril coincide com o 10.º Aniversário da ADFA, também o 25 de Abril permitiu uma nova dinâmica ao movimento e luta de todos os deficientes em Portugal. Perspectivas abertas já conseguidas e perspectivas ainda por alcançar e longínquas foram abertas pelo 25 de Abril.

Dez anos depois, solidária a ADFA com todos os outros deficientes, o «Elo» apresenta neste número o início dum trabalho que pretende dar uma panorâmica do movimento dos deficientes em Portugal nos últimos dez anos. Uma entrevista com Adriano Leite dá-nos conta da evolução do movimento dos deficientes e sinistrados do trabalho.

Um deficiente «privilegiado»

Adriano Leite, presidente demissionário da ANDST, tem estado ligado à mesma associação desde o início das acções que levaram à sua fundação, sendo o autor de um alerta aos deficientes e sinistrados do trabalho, no sentido de se associarem para a defesa dos seus interesses, lançado em Junho de 1974, através dos órgãos da Comunicação Social. Após ter feito a primeira comunicação pela Rádio, chegou a receber cinquenta cartas por dia, vindo a tomar conhecimento de casos tão graves que teve de concluir não ser um deficiente desfavorecido, mas «privilegiado».

— *Quando eu recebia uma pensão de 580\$00 por mês e trabalhava (1974), verifiquei que havia viúvas que tinham para elas e os filhos só 62\$50 e paraplégicos a receberem 120\$00, num dos casos para o casal e dez filhos. Muitos tinham de recorrer à Assistência para obterem as cadeias de rodas ou os carros motorizados, quando as companhias de seguros eram obrigadas à prestação dos mesmos.*

Adriano Leite é amputado de uma mão com desarticulação, em consequência de um acidente de trabalho, na indústria vidreira, em 1967, e embora continuasse a trabalhar na mesma empresa deixou o lugar de ajudante de condutor de máquinas e passou para contínuo. Como indemnização passou a receber então 18\$00 por dia. Nunca aceitou a sua nova situação pois, mesmo trabalhando, passou a receber só 1900\$00 mensais em vez dos 3000\$00 anteriormente. Inconformado perante os juizes, que invocavam a lei e os ministros, respondeu-lhes que vissem os ministros com 18\$00 por dia, e acabou por ser chamado à esquadra. Tornou-se então um deficiente revoltado.

O lucro como objectivo das companhias de seguros

O carácter fixo das pensões vitalícias atribuídas por acidentes de trabalho e doenças profissionais, conforme o regime anterior ao 25 de Abril, conjugado com os objectivos de rentabilidade e de lucro das companhias de seguros lançava a curto prazo na miséria os que tinham sido vítimas de acidentes de trabalho ou doenças profissionais.

— *As companhias de seguros tentavam através dos tribunais que os advogados e os médicos atribuísem as percentagens de incapacidade menores e negassem os direitos aos deficientes. A própria legislação (com leis de 1936, 1965 e 1971) não servia minimamente os sinistrados, havendo ainda pensionistas a receber na base da lei de 1936.*

— *Antes da primeira actualização das pensões em 1975, a média anual das pensões dos 74 300 pensionistas existentes era de 2000\$00, só passando para 5800\$00 a partir de Julho de 1975. Mas só foram contemplados com a actualização cerca de 32 300 pensionistas, com incapacidade superior a trinta por cento, que viram as suas pensões*

passarem de 3000\$00 para 12 000\$00 anuais, em média. Note-se que há ainda casos de extracção de uma vista, cuja incapacidade foi avaliada em menos de trinta por cento, não se podendo recorrer dos mesmos processos se eles tiverem sido encerrados há mais de cinco anos. De 1975 para cá instituiu-se o princípio de actualização das pensões, embora restringido às incapacidades superior a trinta por cento.

Adriano Leite refere ainda o caso de trabalhadores que não estavam abrangidos pelo seguro, sobretudo rurais, que só passaram a ser abrangidos pela pensão social há poucos anos, dela vivendo e da esmola.

Embora sujeita a repressão, surgia assim a mendicidade como uma consequência do regime anterior ao 25 de Abril. Para ele, se hoje há mais mendicidade, é porque se continua a brincar com o dinheiro dos outros, a jogar com o sentimento do «coitadinho», correndo-se menos riscos de ser preso. A mendicidade surge porque é a própria sociedade que precisa de ser reabilitada, não correspondendo a esmola e uma verdadeira ocupação com os deficientes, podendo ela estar mesmo a sustentar a dar origem a vícios.

O Movimento Associativo de Deficientes

A força do movimento de deficientes e das suas associações, neste momento, em Portugal, inspira bastante reservas, mesmo um certo receio, a Adriano Leite:

— *O movimento dos deficientes, como todos os movimentos neste país, está dividido. Deixou-se de acreditar na força das associações, nos seus dirigentes, bem como no sistema em que actualmente vivemos. Muito se fala, pouco se faz e muito pouco se pode fazer. Por muito que os dirigentes das associações se esforcem, a sua acção nunca é do agrado, porque os benefícios alcançados são poucos e vão-se desgastando.*

ANDST

A ANDST (Associação Nacional dos Deficientes e Sinistrados do Trabalho) possui actualmente cerca de 1800 sócios e foi constituída em 1976, embora os esforços para a sua criação remontem a 1974, tendo-se realizado a primeira grande concentração de deficientes e sinistrados do trabalho, com cerca de 700 participantes, em Outubro de 1974, no Porto. Dessa concentração resultou a Comissão Nacional dos Deficientes e Sinistrados do Trabalho que negociou a primeira actualização das pensões devidas por acidentes de trabalho e doença profissional, actualização que atingiu uma média de 186% e que se estendeu só a incapacidades superiores a 30%. Estando a sua sede social instalada no Porto, é sobretudo no Norte do País que a ANDST se encontra mais implantada.

— *Hoje, será impossível realizar uma concentração, mesmo convocada através de todos os órgãos de Comunicação Social, em que apareçam 300 ou 400 pessoas facilmente, como em 1974 ou 1975. Desacreditaram-se as esperanças. Os deficientes correm o risco de chegarem a um beco sem saída, pela falta de unidade do seu movimento e de interesse pela sua situação. Não há interesse dos governantes em colaborar com os mandatários dos deficientes.*

Lembro aqui as comemorações do Dia Nacional do Deficiente no Porto em 8 de Dezembro de 1983, no Porto. Não estiveram presentes mais do que quatro dezenas de pessoas, além das envolvidas nas comemorações. Creio que esta tem sido a resposta à organização da UCNOD. Mas a divisão não está só nos deficientes. Basta olharmos o que foi o 1.º de Maio de 1974 e de 1975 e os que têm vindo a seguir-

-se. As abstenções têm vindo a diminuir a força das movimentações.

Os problemas dos deficientes continuam a ser políticos, mas não podem ser aproveitados partidariamente. Se uma instituição fugir ao diálogo com o Governo, não pode alcançar os seus objectivos.

Há em Portugal cerca de 70 a 80 associações de deficientes, mas eu começo a ter receio de investigar quais são as verdadeiras associações de deficientes.

Encarando a própria ANDST, nota-se que a maioria dos sócios esquece a associação após ter tratado os seus problemas.

Algumas conquistas importantes

Dez anos depois de Abril, para os sócios da mesma, a conquista fundamental foi a actualização das suas pensões, o ter-se posto cobro à pensão vitalícia fixa. Mas Adriano Leite nota que o alcance desta conquista é bastante relativo, pois exclui uma parte dos pensionistas, e se quando recebia 500\$00 pagava o azeite a 20\$00 hoje que recebe 3000\$00, paga-o a 200\$00. Refere ainda a eliminação de determinados preconceitos sobre os deficientes, a abolição de algumas barreiras arquitectónicas, algumas cabinhas telefónicas. E, pese a verdade, obalanzo apesar de tudo é pobre.

Problemas fundamentais

— a tabela de incapacidades

O problema central que se coloca ainda aos sinistrados do trabalho é a revisão da tabela de incapacidades, revisão que deve vir a contemplar todos os deficientes e deve ser acompanhada da possibilidade de todos poderem recorrer à revisão dos seus próprios processos. É uma revisão que tarda e que compete aos órgãos do Governo esclarecer porquê só agora? Nota Adriano Leite que houve grupos de trabalho que não funcionaram e que o que está agora a funcionar ainda reuniu poucas vezes.

Seguros ou Segurança Social?

A integração possível dos sinistrados do trabalho no esquema geral da Segurança Social também é uma questão preocupante:

— *Recorri aos serviços da Segurança Social para saber os trâmites e o tempo que demorava a adquirir uma prótese. Só depois de quase dois anos, desde a primeira consulta e sucessivas especialidades, é que me era dada ordem para ir comprar a prótese, tendo eu de pagar cerca de 60%. Será que ao passarem para o actual sistema os sinistrados terão que ficar sujeitos ao mesmo processo?*

— *Onde é que a Segurança Social tem capacidade para enfrentar cerca de 1500 acidentes de trabalho diariamente?*

— *Será que com a passagem para a Segurança Social continuará a haver pensões de total desigualdade? Vai ela garantir a reabilitação e formação profissional ou determinar antes a passagem à reforma?*

Discutindo a actual situação e integração nas companhias de seguros, que embora nacionalizadas continuam a fazer o seu negócio, pagar o mínimo nos tribunais, fazer um seguro barato, para pagar uma pensão barata, sem se preocuparem com as condições de trabalho, Adriano Leite defende a criação de um Instituto Nacional de Seguros e Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, através do qual poderão ser aproveitadas as potencialidades e os serviços das companhias de seguros.

Importante a Prevenção e Segurança no Trabalho

Ligada intimamente aos acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se a questão da prevenção e segurança no trabalho, considerando Adriano Leite que compete ao Estado fiscalizar e organizar o sistema de prevenção e segurança no trabalho (nas empresas privadas e estatais), sublinhando que os médicos não devem ser das próprias empresas, pagos pelos patrões, mas devem ser independentes, pagos pelo Estado. Deve também ser feita de imediato a análise das causas dos acidentes que ocorram e apurarem-se os responsáveis pelas suas causas, devendo as responsabilidades dos patrões poder ser objecto de sanções.

Não aceitar a situação de sobrevivência

Lançando um olhar, a terminar, sobre a situação ainda grave de inúmeros deficientes do trabalho, aqui registámos o protesto de Adriano Leite:

— *Após o acidente, o trabalhador deficiente não pode continuar a ser reduzido a uma mera situação de sobrevivência. Compete ao Estado a reabilitação e reintegração profissional dos deficientes, cumprindo-se ao menos algumas das leis vigentes. Na sua impossibilidade pela gravidade da incapacidade, não pode o deficiente ser reduzido à situação de sobrevivência, devendo ter-se em especial atenção os casos dos casais em que a mulher tem de abandonar o seu próprio emprego, chegando assim tais casais a ver reduzidos os seus proventos a menos de metade.*

É dentro deste panorama que as associações têm um papel muito importante desde que o desempenhem desinteressadamente em todos os campos, não misturando os seus problemas, embora eles sejam políticos, com posições partidárias.

LUÍS VALE

JANELA INTERIOR-5

● A ATITUDE DOS TÉCNICOS E DOS PAIS

● A SEXUALIDADE COMO UM DIREITO À FELICIDADE

Comungamos da ideia de que é essencialmente a vivência sexual de cada indivíduo, que influência a sua atitude, face à sexualidade dos deficientes.

Assim, nos técnicos, podemos encontrar uma atitude protectora indulgente, altruísta e sensível às necessidades afectivas, e que está ligada ao código maternal.

Ou uma atitude normativa, exigente, acreditando na aquisição de hábitos sancionados pela sociedade e na utilidade da aprendizagem de uma profissão, e que está ligada ao código paternal.

Na primeira tendência visa-se promover a igualdade social do deficiente, garantindo, entre outros, o direito a uma sexualidade harmoniosa, chegando-se a reivindicar o direito do deficiente ao casamento e procriação.

Na segunda tendência defende-se a igualdade social do deficiente, e que é obtida, através da sua integração no mundo do trabalho, negligenciando as necessidades afectivas e sexuais, que são uma componente essencial da personalidade de cada indivíduo.

Podemos ainda considerar na atitude maternal,

uma profunda ligação à cultura narcisista, que reivindica o direito de qualquer ser humano à felicidade, e o seu cavalo de batalha é a liberalização do domínio sexual.

A atitude paternal, parece representar os valores morais tradicionais, como por exemplo a continuidade da espécie, segundo os quais sexualidade-casamento-procriação estão indissolúvelmente ligados.

Quanto aos pais, geralmente apresentam uma atitude caracterizada por uma incapacidade de se assumirem, evitando obrigações e responsabilidades, não se empenhando na ajuda ao filho (a) deficiente a realizar-se no domínio afectivo-sexual.

A sexualidade é um direito do ser humano, deficiente ou não, à felicidade, e assim, a sexualidade deve ser vivida fora da procriação, e de qualquer laço sancionado pela sociedade.

O técnico deve ser um facilitador dum melhor desenvolvimento global, isto é, deve despir-se do seu papel/estatuto e deve ser uma pessoa «auténtica», disponível, antes de tudo, para a sua própria mudança, aceitando pôr-se a si próprio, em questão.

J. P. Valente dos Santos

ENTREVISTADOS PELO ELO SÓCIOS DA 1.ª GRANDE GUERRA

A ADFA conta entre os seus sócios alguns combatentes da 1.ª Grande Guerra Mundial, com uma rica experiência de noventa anos de vida. Lúcio Martelo, do Porto, e António Máximo, de Lisboa, dois sócios da 1.ª Grande Guerra, aqui nos deixam algumas das suas memórias, relatadas num conversar aberto e animado. Tendo sofrido no próprio corpo a revisão que Salazar fez em 1937 do «Código dos Inválidos», não deixa o sócio Máximo de continuar alerta com os «políticos»: «Eu sei lá se eles ainda dão algum sopapo na Associação».

UM SOLDADO DADO AO CONVÍVIO

Descobrimos em António Máximo de Oliveira Júnior, sócio n.º 629, um versejador e um homem cheio de humor e dado ao convívio, já desde os tempos da guerra. É ele mesmo que se nos apresenta, conversando connosco acompanhado da sua mulher, que tem sido o seu braço direito.

— Já vivo há oitenta e nove anos (contando com os primeiros nove meses). Eu sou um bocadinho comunicativo e tenho aqui, no Cacán, muitos amigos (...).

— Como não bebo, não fumo e já não tenho idade para andar nas paródias, tenho nos versos o meu entretém.

ATINGIDO POR GÁS E ESTILHAÇOS

Entrou para a tropa em Janeiro de 1915, tendo na revolta de 14 de Maio de 1915 assistido ao assassinato do capitão Soeiro, em Portalegre. Embarcou em Janeiro de 1917 e regressou em 29 de Outubro de 1918. Foi evacuado para o Hospi-

tal da Estrela, com ferimentos causados por estilhaços e uma tuberculose provocada pelas bombas de gás utilizadas pelos alemães.

Da sua entrada para a tropa, António Máximo ainda guarda a caderneta mili-

tar, onde na conta-corrente soubemos que em 1915 uma camisa era avaliada

NUMA COLUNA DE TRANSPORTE DE FERIDOS

Da 1.ª Grande Guerra ficou-lhe a memória de cenas horríveis, sobretudo de quando fez parte duma coluna de transporte de feridos:

— Durante muito tempo fiz parte de uma coluna de transporte de feridos. Receberam lá no posto um telefonema para irmos buscar a guarnição de um morteiro que deflagrou. Fomos logo numa vagoneta. Sabe como vieram os sete homens da guarnição?... Vieram num saco das trincheiras e não veio cheio. Disse o doutor Aroso — Onde estão os homens? Foi na frente «de la Torée», ali tinham ficado sete homens despedaçados.

OS FAVORITISMOS NO TEMPO DE SALAZAR

Lembrando os tempos depois da guerra, António Máximo ficou reformado como 1.º cabo em 1921, mas considera que os inválidos estiveram sempre pouco bem, que foram os próprios oficiais que abandonaram os outros militares e que aquilo era tudo à laia do favoritismo.

Mas o grande acusado é Salazar:

— Foi essa catatua do Salazar que impediu a estabilização da nossa situação. Eu tinha um subsídio de 30\$00 para a minha filha que estava a estudar. Ele até isso tirou. Inventava tudo para tirar algum. Quan-

em 46 centavos, umas alpercatas em 37 centavos e umas botas custavam 2\$75.

Também a morte quase lhe passou de raspão. Foi quando o nomearam para telefonista.

— Nunca recebíamos notícias senão em código. Estávamos na Frente. Há numa noite um rapaz chamado para ir à primeira linha. E o rapaz tinha medo. Bem, o medo não se compra. Eu, como era liberal, disse que se o rapaz não queria, que ia lá eu. Mas à vinda arrependi-me. Descobriram-me e aquilo foi atirar para ali, mesmo à minha beira. Só de rastos é que consegui escapar-me. Não foi ser fanfarrão. Foi não medir o perigo.

do aumentavam os do activo, nunca víamos nenhum.

— Eu estava inválido de guerra com 40 por cento. E o malandro do Salazar (ele e os outros que o ajudaram) acabou por fazer com que baixassem para 20 por cento. E a mim quem me baixou a deficiência foi o Gomes da Costa. Um homem de tanto valor que se deixou abandonar. Tanto se deixou abandonar que lhe comeram as favas na cabeça.

O próprio atendimento dado no Hospital Militar não era dignificante, era como se fosse a «pedir uma esmola» e tinham que apre-

sentar o cartão da Liga dos Combatentes.

Sensível às mudanças após o 25 de Abril, António Máximo considera que hoje.

sobre «os políticos» continuam, assim como uma verdade profunda que a ele próprio atingiu.

— Cá em Portugal, prepararam-se os soldados para a



António Máximo, à esquerda, despedindo-se de Pedro da Conceição Ribeiro, um camarada de armas, em 1918, na França

Já vivemos um bocadinho mais descansados. Mas ainda há regalias que podíamos ter, e as suas reservas

guerra, mas nunca se fez legislação para os inválidos da guerra. Ainda hoje vemos muita coisa injusta.

A GUERRA TEM TUDO QUANTO É HORRÍVEL

Lúcio Martelo mora num segundo andar junto ao Rio Douro e foi aí que nos recebeu, com uma bisneta a seguir atentamente o relato de algumas das suas memórias. Bem disposto, parece bem mais novo do que os seus 91 anos, lembrando-se tão bem da data do seu nascimento (2 de Agosto de 1982), como da data em que foi ferido (26 de Março de 1918). Da I Grande Guerra, ainda nos evoca o dia do Armistício, 11 de Novembro de 1918 e a data da batalha de La Liz, 9 de Abril de 1918. Para além das datas, há a memória de que a guerra tem tudo quanto é mau, quanto é terrível. Oxalá que não haja mais guerras.

Ferido por um estilhaço de granada na 1.ª linha, foi ao mesmo tempo atingido com menos gravidade um colega seu, um rapaz forte,

que como «tanta sorte» voltou para a Frente dias depois, tendo ficado esfacelado no dia 9 de Abril. Chamava-se Custódio Vieira Clemente.

Tenho aqui o carimbo do fogo, assim se refere Lúcio Martelo ao seu ferimento, lembrando pormenores curiosos. A minha operação não foi difícil; as operações eram feitas à luz da vela, porque onde houvesse electricidade, vinham os alemães e bombardeavam. Fui operado pelo dr. Reynaldo dos Santos, mas o estilhaço ao entrar-me na perna levou-me mescla para dentro e ao fim de quinze dias estava com uma grande infecção (a mescla era a liga que enrolávamos nas pernas). Disse-lhe depois o dr. Reynaldo dos Santos:

— Oh, Pá! Usas as calças por dentro ou por fora?

COM OS POMBOS-CORREIO ÀS COSTAS

Da 1.ª Grande Guerra para onde foi como soldado, num barco alemão apresado (soldados, mulas e cavalos, tudo junto no convés! Uma promiscuidade...), integrado na Brigada do Minho, Lúcio Martelo lembra-se com vivacidade de ter andado com os pombos-correio às costas:

— Cheguei a andar com os pombos-correio às costas. É que quando os alemães atacavam as primeiras linhas, eles cortavam logo as comunicações. A

gente levava os pombos e, quando os soltávamos com as mensagens, eles regressavam até ao quartel-general.

Da guerra das trincheiras em zigue-zague, em que se estava oito dias na 1.ª linha, oito dias na 3.ª e depois oito dias na 2.ª linha, e que se caminhava sobre estrados, para as botas não se atolarem no barro, lembra-se ainda Lúcio Martelo de que havia muitos ratos grandes. «Confundíamos até os ratos com alemães.»

UM CHARUTO PARA OS INVÁLIDOS

Regressou para Lisboa ainda antes do fim da guerra e esteve internado na Casa Pia e no Hospital de Arrojo.

em tratamento durante ano e meio. Estava em Lisboa quando mataram o Sidónio

(Continua na pág. 11)

DIREITOS DOS DEFICIENTES DE GUERRA ABOLIDOS POR SALAZAR

Após a I Grande Guerra, os então designados inválidos de guerra, viram a sua situação contemplada por legislação bastante avançada para a época — Código dos Inválidos.

Este diploma definia um conjunto de direitos e apoios sociais que permitiam que os militares portugueses de-

ficientes nas trincheiras de França encarassem o futuro sem sobressaltos, mesmo os grandes deficientes.

O Código dos Inválidos garantia aos deficientes, essencialmente, os mesmos direitos e regalias dos militares do activo, continuando, inclusivamente, a ser promovidos na situação de re-

forma, com os correspondentes reflexos no quantitativo da pensão. Além disso, a pensão era calculada em função da percentagem de incapacidade, aumentado proporcionalmente a essa percentagem.

Esta situação foi, contudo, só de pouca duração. Em 1937, o Governo de Salazar provocava uma alteração drástica, transformando esta estabilidade sócio-económica numa acentuada miséria e marginalização.

Em 1937, com o Decreto-Lei n.º 28404, foi revogado o Código dos Inválidos, ganhando, subitamente, o estatuto dos deficientes de guerra uma nova e bem diferente dimensão.

Referia o Art. 22.º deste novo diploma: «As pensões dos actuais mutilados e inválidos de guerra consideram-se definitivamente fixadas no montante que a cada um está presentemente atribuído, cessando para os mesmos mutilados ou inválidos o direito à promoção estabelecido pelo Código dos Inválidos, que será havido como revogado pelo presente diploma.»

Consciente dos efeitos desta medida, o Governo de Salazar anuncia desde logo o futuro que esperava os deficientes de guerra. Assim, no artigo seguinte do mesmo diploma, lê-se: «Em relação aos militares, embo-

AS COLÓNIAS E A I GRANDE GUERRA

Portugal começou a ter graves problemas de soberania sobre os territórios em África a partir do ultimo inglês em 1890. As negociações de 1898 entre a Alemanha e a Inglaterra para a partilha dos nossos domínios ultramarinos, vieram a malograr-se devido à guerra Anglo-Boer.

Os governos da República, logo a partir do Governo Provisório tiveram a preocupação de pôr em ordem a organização administrativa das colónias, nomeadamente com Afonso Costa.

Durante o período de 1912 e 1914 a Alemanha afirmava arrogantemente o seu propósito de ficar com Angola, podendo ver-se em revistas editadas em 1919 imediatamente antes de começar a guerra que a transferência de Angola para a

posse da Alemanha seria uma questão de semanas. Em Moçambique fomos atacados pelos alemães. A nossa participação na I Grande Guerra foi muito contestada e teve por justificação três ordens de razão:

- 1.º — Cumprimos o nosso dever de aliados da Inglaterra;
- 2.º — Libertarmos-nos dos interesses da Inglaterra sobre as colónias através de uma atitude que nos creditasse perante o mundo;
- 3.º — Asseguramos a nossa presença no conferência da Paz, onde poderíamos fazer ouvir a nossa voz em defesa da inviabilidade dos nossos domínios ultramarinos.

ANIVERSÁRIO DA ADF A

COLÓQUIOS SOBRE A GUERRA COLONIAL

A iniciativa dos colóquios sobre a Guerra Colonial tem-se revelado bastante frutuosa e deverá vir trazer a lume quanto a memória da Guerra Colonial vai sendo curta, tendendo os deficientes das Forças Armadas a serem arrumados na «prateleira» das «coisas velhas» do passado, tal como o regime colonial-fascista elegia do deficiente o herdeiro escondido a pessoa.

A ADF A enquanto memória viva e «desconcertante» para os ditos «normais» da Guerra Colonial lançou a primeira pedra do grande contributo à sociedade que ela pode dar enquanto FORÇA VIVA À PAZ. Para os deficientes da guerra, debater a guerra não se trata de um «porquê a guerra?» meramente ensaístico ou futurista, mas de uma questão ainda viva na sua carne. Se há jovens que têm «não saber» o que foi a guerra, é porque os colóquios da ADF A têm sido sobretudo somente deficientes, e não *Deficientes da Guerra Colonial*. Dominados pelos problemas que a crise e o fascismo legaram, há quem esqueça, perante os desfechos do 25 de Abril que ele valeu a pena, nem que fosse tão-só para pôr termo à Guerra Colonial; e não, no fim de contas, porque a Guerra Colonial está na ordem do esquecimento. Valem assim os colóquios como sinal de que a ADF A, no seu X aniversário assiste ao despertar da consciência entre os seus sócios, para além da consciência de que são deficientes, de que são vítimas da Guerra Colonial.

Já foram realizados três dos colóquios previstos, tendo no dia seguinte ao da publicação do ELO



Carlos Fabião durante o colóquio «25 de Abril e Descolonização»

do mês de Maio vir a realizar-se o 4.º colóquio, no dia 9. Apresentamos hoje um apontamento só do 1.º e do 2.º Colóquio, de modo a poder alargar a todos os sócios as contribuições apresentadas nos mesmos. Valendo o 1.º colóquio pela concretização do trabalho já desenvolvido pelo Centro de Investi-

gações e Documentação da ADF A, e o 2.º colóquio pela afluência de pessoas e pela riqueza da comunicação do tenente-coronel Carlos Fabião, valeu o 3.º colóquio pelo debate suscitado. Do 3.º e do 4.º colóquios apresentaremos um apontamento no próximo número do ELO.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA COLONIAL

Realizou-se no dia 18 de Abril, no Salão Nobre do Palácio da Independência, o colóquio subordinado ao tema «Consequências da Guerra Colonial».

O colóquio foi aberto pelo presidente da Direcção da ADF A, Lopes Dias que afirmou ser um tema difícil mas que se torna necessário que o povo português assumira a guerra sem ideias pré-concebidas para o que se torna necessário estudar o porquê da guerra. Como principais intervenientes estiveram António Calvino e Botelho Costa encontrando-se na mesa também José Arruda que respondeu a algumas

perguntas sobre a situação de Moçambique.

Criado Centro de Investigação e Documentação

O colóquio foi da responsabilidade dum organismo da ADF A recentemente criado, o Centro de Investigação e Documentação cuja missão principal será a escaupelização da guerra colonial. O Gabinete de Estudos e Planeamento do CID coordenará os trabalhos de pesquisa necessários para trazer à luz do dia a verdade sobre um conflito em três frentes que durou treze lon-

gos anos e não se poupará a esforços para que o resultado do seu trabalho se manifeste numa perspectiva de exclusiva verdade histórica.

Entre outras individualidades estiveram presentes representantes das Embaixadas de Moçambique, Guiné, Checoslováquia e República Federal Alemã.

Solidariedade com os povos das ex-colónias

No salão estavam expostas as bandeiras de Angola, Moçambique e Guiné, demonstrando desta forma que os deficientes das Forças Armadas portuguesas

não têm nenhum complexo relativamente àqueles que foram os seus inimigos, que contra eles dispararam os canhões e os morteiros; num gesto de solidariedade dão a sua mão aos povos que um regime opunha: os Povos nunca são inimigos, pode-se ler a dado passo de um dos três documentos distribuídos e lidos no colóquio e prosseguindo, mesmo quando são levados a combater entre si por razões alheias às suas vontades e interesses, no pós-guerra existe sempre um sentimento de solidariedade recíproca. É esse sentimento que a ADF A irá incrementar entre

todos aqueles que da guerra colonial herdaram danos morais ou físicos.

As relações com os antigos combatentes dos movimentos de libertação nacional das ex-colónias portuguesas, incluem-se na mesma linha de acção que levou a ADF A a integrar-se na Federação Mundial dos Antigos Combatentes, sendo o seu representante legítimo em Portugal. Pode ler-se num dos documentos distribuídos: Uma das preocupações da ADF A como membro da FMAC será a recolha de experiências junto das organizações de todo o Mundo e servir de ponte

entre essas organizações e os deficientes de guerra dos novos países de expressão portuguesa.

Levantar o véu sobre a guerra colonial

Durante o colóquio foram avançadas várias informações sobre a guerra colonial, começando por se afirmar que, a ADF A pela sua dinâmica ao longo desses dez anos e pela qualidade do seu tecido social, é a entidade mais vocacionada e abalizada, para, levantar o véu que nos impede a visão real da dimensão que atingiu a guerra colonial.

(Continua na pág. 8)

O 25 DE ABRIL E A DESCOLONIZAÇÃO

Na véspera do dia 25 de Abril, pelas 21.30, cerca de uma centena de pessoas compareceu ao II Colóquio sobre a Guerra Colonial, que teve lugar no Salão Nobre da ADF A. O tenente-coronel Carlos Fabião traçou na sua intervenção de fundo uma panorâmica geral e bastante completa do processo de descolonização, recuando ao desenvolvimento histórico do colonialismo, e não deixando, contudo, de referir com pormenor e rigor situações, intervenções e factos significativos para o desenrolar do processo. Também a linguagem expressiva e a referência vivida que imprimiu à sua intervenção enriqueceram o impacto da

mesma, bem acolhida pela audiência. O candidato posto na fundamentação das afirmações feitas retirou justamente um carácter polémico imediato à sua intervenção, apesar da novidade de algumas perspectivas.

Aberto o colóquio pelo presidente da Direcção da ADF A e iniciado com a leitura do texto de apoio n.º 4 do Centro de Investigação e Documentação da ADF A, foi também lida uma saudação do Movimento Democrático das Mulheres, congratulando-se com a iniciativa da ADF A em promover o ciclo de colóquios sobre a guerra colonial e manifestando a sua solidariedade com a ADF A ao exigir justiça para

os deficientes das Forças Armadas.

O negro sob o colonialismo

O tenente-coronel Carlos Fabião, antes de dar início à sua intervenção, dirigiu uma saudação de estima e consideração aos sócios da ADF A, por ele definidos na sugestiva expressão: «Homens que deram pedaços de si própria».

Definida a sua intervenção por ele próprio como um deixar pistas somente para a análise do assunto complexo da descolonização, sugeriu ainda antes do seu início um ponto de reflexão, questionando o carácter

missionário e civilizado das nossas descobertas e colonização, contrapondo à recomendação que os reis, segundo a nossa História, costumavam fazer aos nossos navegadores, antes de partirem para a grande aventura que foi realmente a descoberta de novos mundos, *Id e fazel muita cristande* o exemplo da Guiné onde o muçulmanismo abrange a quase totalidade da população, embora aí introduzido também na altura dos Descobrimentos e o facto de que ao fim de 500 anos de «presença civilizadora» aquando do 25 de Abril, um espaço onde havia nove milhões de brancos e quinze milhões de negros,

não havia um ministro negro, não havia um secretário negro, não havia um general negro, não havia um almirante negro, não havia um banqueiro negro, não havia um industrial negro, para concluir que ao fim de quinhentos anos o negro continuava a ser, na sua quase totalidade a *besta de carga do Império*.

Descolonizar: um imperativo histórico

Da extensa e rica intervenção, vamos procurar apresentar algumas citações que não constituirão

senão uma reduzida imagem da mesma.

Foi em África, nos campos de combate que se forjou o espírito do 25 de Abril, foi lá que se começou a compreender que nenhum povo é verdadeiramente livre enquanto subjugado e escravizado outros povos (...) A guerra colonial constitui o factor de maior mobilização para a arrancada histórica do 25 de Abril. (...) A descolonização como fenómeno histórico surge como imperativo inevitável, porque a colonização traz consigo o germen da própria descolonização, trata-se de um acto natural, consequência lógi-

(Continua na pág. 8)

O 25 DE ABRIL E A DESCOLONIZAÇÃO

(Continuação das centrais)

ca de um outro acto antagónico muito embora se apresente com outras aparências, por vezes até altruístas, mas que visa sempre o aspecto económico (...).

Para uns quantos descolonizar era abdicar, renegar uma herança do passado, alienar uma parte do património nacional. Para outros, mais esclarecidos, descolonizar representa estabelecer formas de vivência diferentes, baseadas na liberdade e respeito mútuos. Para outros, enfim, descolonizar uma determinante histórica, constante e inevitável (...) como os anos após a segunda Guerra Mundial têm demonstrado (...) Hoje, um planeta superpovoado, com problemas sociais e económicos de grande envergadura, a descolonização requer uma política económica e cultural de cooperação bilateral entre os dois estados interessados no processo; o antigo colonizador e o colonizado. A não concretização de uma política deste tipo pode provocar graves perturbações tanto num como noutro estado. No nosso caso concreto, desde o complexo quadro de interligação sócio-económica entre Portugal e as suas ex-colónias a descolonização só poderia ter ocorrido com um mínimo de perturbações desde que fosse possível um clima de franca cooperação e boa-vontade. Esta necessidade tem vindo sistematicamente a ser sabotada em provocar um colapso político nos dois campos, a fim de servirem interesses pessoais e estranhos.

História do colonialismo

Evocando rapidamente as diversas formas históricas de colonialismo, caracterizou o mesmo para os portugueses mercantilistas, no seu início como comércio, produzindo-se caixeiros em vez de colonos, feitorias em vez de cidades, uma prosperidade curta, até copiarmos o modelo dos ingleses e franceses: as plantações que absorviam e exploravam o trabalho braçal de multidões de escravos. Entre os traços comuns do colonialismo moderno, destacou: uma estreita submis-

são às respectivas metrópoles, a exclusividade do comércio atribuída pela metrópole a uma só cidade, a uma companhia privilegiada, fim exclusivo da exploração das riquezas dos países colonizados.

Ligada à revolução industrial na Europa criada pela produção mecânica, foi evocada a política de desenfreado imperialismo colonial que no espaço de uma geração, haveria de subjugar 1/5 da superfície da Terra e 1/10 dos seus habitantes. Em 1900, a civilização europeia cobria a terra e Chamberlain, afirmava orgulhoso e convicto: «Passou há muito o dia das pequenas nações, chegou a hora dos impérios». Diferindo anteriores formas de colonização, na fase final aquela é feita por minorias brancas qualificadas: militares, comerciantes, organizadores industriais, funcionários administrativos que exercem o poder político e económico sob as grandes massas autóctones consideradas como seres humanos inferiores incapazes de se autogovernarem (...)

O fim do colonialismo

Evocando o fim da Segunda Guerra Colonial, conforme o acordo entre as duas grandes potências, e a Conferência de S. Francisco, em meados de 1945, conferência constitutiva das Nações Unidas, com a presença de 51 Estados, foi referido o contexto internacional anticolonialista do pós-guerra, que tornava a descolonização inevitável, ao qual Salazar teimou em opor-se.

Desprezando a realidade anterior, Salazar opôs ao espírito de S. Francisco o espírito de Berlim, da conferência que sessenta anos antes determinava a colonização de África. Deste modo, Salazar colocou, deliberadamente, o país fora do tempo da História, por isso ficámos orgulhosamente sós.

A Descolonização Violenta do Estado Novo

A descolonização começou, de facto, nos inícios de 1961, quando nacionalistas angolanos armados se su-

blevaram contra a dominação portuguesa no Norte de Angola. Uma onda de sangue varreu a região, marcando de forma trágica o início da via violenta para a independência que os portugueses podiam ter evitado, mas não quiseram.

Salazar tornou-se um acérrimo defensor das colónias, quando trinta anos antes, na sua mentalidade de minifundiário considerava as mesmas como um cancro, um pesadelo, e só descobrindo as potencialidades das colónias, quando à frente da mesma pasta ministerial descobriu a «cabeça do império». Criou-se assim em 1943 o Império Colonial Português, precisamente numa altura em que o conceito de imperialismo e o que ele representa começava universalmente a ser posto em causa (...)

Portugal permanecia quieto, isolado, fora da História. Mas na altura própria a História bateu-nos à porta. E de que maneira! Com o maior cinismo e desfaçatez, Salazar lançou sobre os militares a responsabilidade do que aconteceu, emergindo no meio da tragédia como um bom anjo salvador. E a Nação apoia-o, traumatizada como estava pelo problema angolano e carente de uma informação séria e honesta. Começou então a grande aventura. Contingentes e contingentes de militares foram enviados para reforço da diminuta guarnição militar de Angola.

Ignorando a sua época, a Angola seguiu-se a queda do Estado Português da Índia, em que Salazar não cede, impondo à pequena guarnição da Índia o «sacrifício total», só podendo haver, conforme a ordem derradeira do ditador, «soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos». Além de Angola, inicia-se a guerra na Guiné e em Moçambique, mas Salazar permaneceu no seu arrazoado inconsistente e viciado: se a Carta da ONU consagra o direito dos povos colonizados à autodeterminação e independência, tal consagração não pode ser aplicada a Portugal, que não tem colónias, mas sim províncias ultramarinas que formam com a

metrópole um todo, uno e indivisível. Sofisma, habilidade salaia, enfrentando Salazar algo para que não estava preparado, que não se enquadrava na sua política caseira, míope e mesquinha (...). A queda da cadeira salvou-o de assistir à desagregação total da sua obra. Marcelo Caetano, depois de tímidos e logo abandonados atributos liberalizantes, mantém-se fiel à ortodoxia salazarista. Também ele procura transferir para os militares a responsabilidade do desfecho do conflito, insistindo na ideia de que «resistir nesta guerra é meio caminho andado para vencer».

As saídas para Kaulza e Spínola

Como reacção à incapacidade de Marcelo Caetano encontrar saída para a guerra, Carlos Fabião evocou as posições de Kaulza de Arriaga (a intensificação do esforço militar) e de Spínola (a abertura ao diálogo interno e externo, admitindo que a unidade se podia conservar).

Só com a queda do Governo de Marcelo Caetano termina a descolonização catastrófica que os sucessivos governos salazaristas e marcelistas haviam escolhido para as colónias portuguesas.

25 de Abril não pôs fim imediato às acções de combate

O regime fascista colocou aos homens do 25 de Abril uma pesada herança, um processo de descolonização em curso, por via violenta, expresso em três frentes de guerra. Os territórios libertados, conforme o Correio da UNESCO de Novembro de 1973, atingiram proporções significativas. E o fim da guerra não surgiu de imediato com o 25 de Abril, o qual teve que ser procurado e negociado com os movimentos emancipalistas, reconhecidos internacionalmente, lembrando a este propósito Carlos Fabião que até se conseguir o cessar-fogo de facto, por exemplo na Guiné, ainda se registaram de 25 de Abril a 31 de Maio de 1974 102 acções de combate.

No referente à política de descolonização empreendida por Spínola, Carlos Fabião acentuou a dificuldade da mesma em desmobilizar os movimentos de libertação e referiu as dificuldades criadas pela palavra de ordem. «Regresso Imediato Já», porque descolonizar não é abandonar. Na análise da acção de Spínola, foram focados os erros que constituíram os seus encontros com Nixon e Mobutu e a inexistência do seu programa, que necessitava de um período de 10 a 20 anos, encontrando-se os movimentos emancipalistas ávidos da independência.

Após Spínola ter perdido a credibilidade perante as forças anticolonialistas e os movimentos de libertação, só o crédito do MFA e a transparência da sua acção possibilitou a libertação e o lugar à independência dos novos países.

Sufrágios eram irrealizáveis

Foi analisada a acusação de se terem entregue as províncias ultramarinas aos movimentos nacionalistas, sem uma prévia realização de eleições. Acusação considerada por Carlos Fabião um sofisma que não resiste à análise mais séria a que se submeta. Apenas duas perguntas: como se realizariam as eleições ou o sufrágio nas áreas já descolonizadas e libertadas, e por conseguinte fora do nosso controlo? — Como é que se acabaria com a guerra se os movimentos nacionalistas que nos guerreavam não ganhassem efectivamente o sufrágio?

Além das anteriores questões, colocava-se a dificuldade maior de que o sufrágio e as eleições só se podiam realizar se os nossos adversários estivessem, dispostos a participar nele, o que não acontecia, pois que antecipadamente todos os movimentos emancipalistas disseram que não. Se teimássemos em realizá-las teríamos de fazê-lo unilateralmente, sem a participação e o concurso dos movimentos universalmente reconhecidos como únicos e legítimos representantes dos povos das nossas ex-colónias. As consultas teriam que portanto excluir, à partida, uma parte significativa das populações nativas por habitarem em áreas já libertadas, que se encontravam fora do nosso controlo. Esta inevitabilidade roubava, como é óbvio todo o crédito e validade ou sufrágio, e os resultados obtidos não seriam aceites, nem pelos países, nem pelas organizações ONU e OUA, entre outras, que reconheciam a apoiavam os movimentos nacionalistas.

Libertámo-nos libertando

Fazendo um balanço final do processo de descoloni-

zação levada a cabo, Carlos Fabião considerou a resultante final harmónica com os objectivos do programa do MFA, à excepção de Timor-Leste. Portugal com o 25 de Abril descolonizou sem rupturas. Situámo-nos no tempo. Libertámo-nos libertando os povos que estavam oprimidos.

A descolonização era inevitável

Conforme o texto de apoio n.º 4 do Centro de Investigação e Documentação da ADFA, que introduziu o colóquio, a descolonização era inevitável.

Transcrevemos o mesmo texto quase na sua totalidade, em seguida:

Quando hoje, 10 anos depois do 25 de Abril, é abordada a questão da descolonização há, na opinião pública, o sentimento generalizado de que tal opção era inevitável como fenómeno socio político complementar quer da própria colonização, quer das exigências que presidiram ao espírito e letra do programa do M.F.A. Muitos serão aqueles que, por insuficiência de informação sobre a realidade de 13 anos de guerra, advogarão a justiça histórica da descolonização desejando, todavia, outra dinâmica para a mesma. Se o conceito de descolonização assenta em princípios filosóficos e éticos da igualdade entre os homens e dignidade da pessoa humana perspectivados no sentido da liquidação da dependência de uma comunidade em relação a outra quer nos seus aspectos políticos, sociais ou culturais, quer nos económicos, «ela», descolonização, impôs-se aos militares do 25 de ABRIL como um imponderável histórico e irreversível. Que tipo de Guerra Colonial se poderia continuar depois de ABRIL? Que lógica poderia presidir a um espírito libertador como o que envolveu Portugal há precisamente 10 anos, se se teimasse no mesmo estúpido esforço de guerra? Se o índice de refractários, compellidos e desertores ultrapassava já os 30 %, apesar das fortes estruturas do regime, como evitar, em clima de liberdade absoluta a continuidade de um conflito rejeitado e detestado por todo o Povo Português? Em 1961, Salazar, colocando de parte o Congresso de Viena, as conferências de Berlim e Bruxelas, ostentando a bandeira do «Orgulhosamente sós» ao gritar do cimo do seu pedestal. «Para Angola já e em força» iniciou, nesse mesmo dia, o processo de descolonização que os seus apaniguados hoje tanto contestam. Não se poderá repensar a descolonização sem penetrar profundamente na sua razão de ser principal — «a colonização».

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA COLONIAL

(Continuação das centrais)

Enquanto se desenrolava a guerra, não se sabia ao certo o que por lá se passava, devido à existência da censura, por outro lado, os meios de comunicação desencadeavam toda uma campanha tendente a levar o povo português a aceitar a guerra como um dever patriótico e divino divulgando palavras de ordem como: Para Angola já e em força; o Exército é o Espelho da Nação; Não queremos a Guerra mas não a tememos; Que nunca por vencidos nos Conheçam.

Números sobre a guerra

O número de compellidos refractários e desertores nos fins de 1973 é de 32% quando o limite para qualquer exército é de 30%. A guerra colonial encaminha-

va-se para um holocausto mas: a lucidez sobrepôs-se à miopia histórica e, em 25 de Abril, as Forças Armadas Portuguesas, libertando-se, libertavam uma Nação de um jugo tirano e opressor.

As infra-estruturas hospitalares eram insuficientes e os soldados ficaram sujeitos à sua capacidade de resistência.

Em Abril de 1974 havia 25 000 processos de soldados evaquados dos quais, 10% teriam morrido um mês depois da sua evacuação.

Ainda no decorrer do colóquio foi afirmado que se estima em onze mil mortes e trinta mil feridos graves, vítimas desta guerra só pelo lado português. Noventa e três e meio por cento dos mortos tinham menos de 25 anos dos quais, oitenta e seis por cento eram soldados, em contrapartida os oficiais superiores caídos fo-

ram apenas 0,1%, cinquenta por cento dos mortos tinham encargos familiares.

Origens da ADFA

Em fins de 1968, e durante 1969, altura em que o número de vítimas atingiu o seu auge, iniciou-se no Hospital Militar um movimento espontâneo de deficientes de guerra com objectivo de raiz essencialmente reivindicativa. Em 1973 um grupo de deficientes militares elaborou um documento que é levado pelos seus membros a todos os estabelecimentos hospitalares para recolha de assinaturas, a fim de ser entregue a Marcelo Caetano. Este grupo de deficientes foi contactado pelo Movimento dos Capitães que se torna solidário com as intenções que presidem à nossa luta. Alguns deficientes militares integraram-se no movimento que viria a realizar o 25 de Abril.

Em 25 de Abril os deficientes têm possibilidades de se organizar publicamente e em 14 de Maio de 1974 é fundada a ADFA.

Em Novembro de 1974 a ADFA ultrapassou um certo marasmo político militar das autoridades e assumiu-se publicamente na primeira manifestação de Deficientes em Portugal, tendo tomado algumas posições de força que lhe grangearam a situação e solidariedade do Povo Português. Desde então até hoje a ADFA tem continuado o seu percurso de força viva e actuante na intransigente defesa dos legítimos interesses dos seus já mais de 10 000 associados. A ADFA assume-se ainda como um elemento activo na defesa da paz e da cooperação entre os Povos e é o representante em Portugal da Federação Mundial dos Antigos Combatentes.

BRAGANÇA AVISO AOS SÓCIOS

Informam-se todos os associados abrangidos pela área de jurisdição da Delegação de Bragança de que podem tratar dos seus reembolsos de assistência médica (ADME) através da delegação, enviando para o efeito os recibos médicos acompanhados de fotocópia do cartão (ADME).

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO CENTRAL RELATIVO A 1983

(Cont. do número anterior)

Por falta de espaço, não foi possível publicar no último número do «Elo» todos os documentos aprovados na Assembleia Geral Nacional Ordinária da ADFA, que se realizou no passado dia 14 de Abril no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto. Publicámos apenas os dois quadros fundamentais das contas aprovadas e o relatório da Direcção Central, mas não na íntegra.

Publicamos, agora, a seguir, a parte restante do relatório da Direcção Central, o relatório técnico sobre as contas, o parecer do Conselho Fiscal Central e o relatório de actividades do Conselho Nacional. Todos estes documentos, aprovados pela Assembleia Geral Nacional, dizem respeito, como se sabe, à actividade da Associação em 1983.

2. FMAC

Desejando-se assumir plenamente como membro da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, após a sua filiação em Outubro de 1982, a ADFA fez deslocar a Paris em FEV83 uma delegação para preparar a visita do secretário-geral da FMAC a Portugal, a convite da ADFA, delegação essa que foi recebida por aquela entidade com quem trocou amplas impressões com objectivo informativo mútuo. Aquela delegação aproveitou esta deslocação a Paris para estabelecer contactos com organizações congéneres francesas. Assim, deslocou-se à União das Federações de Antigos Combatentes e à Federação de Antigos Combatentes da Argélia, Marrocos e Tunísia onde foi possível inteirar-se de realidades concretas relacionadas com os interesses dos antigos combatentes. Visitou ainda o Instituto dos inválidos que se dedica a reabilitar os cidadãos franceses que se deficientaram no serviço militar e onde se constatou a existência de elevados meios técnicos de reabilitação colocados ao serviço dos deficientes militares franceses. Estes contactos permitiram a angariação de experiências novas e de documentação diversa que permitirá estabelecer paralelismos entre as formas de tratamento dos deficientes em França e em Portugal que irão ajudar a encontrar as soluções mais adequadas para a reabilitação dos deficientes.

De 12 a 15 de Setembro decorreu a visita do secretário-geral da FMAC a Portugal centrando-se no encontro de trabalho com os responsáveis da ADFA, nas audiências concedidas pelas autoridades portuguesas e nos contactos com os órgãos de informação, os pontos mais importantes da visita de Serge Wourgaft, secretário-geral da FMAC.

A reunião de trabalhos na ADFA permitiu o aprofundamento e conhecimento recíproco entre a ADFA e a FMAC, destacando-se a posição sobre os princípios da FMAC quanto à não ingerência nos assuntos internos de qualquer país e a prestação, em contrapartida, de todas as informações e argumentos que permitam às associações nacionais filiadas defender e alcançar os seus objectivos próprios. Destaca-se ainda a posição da FMAC na defesa de todos os deficientes, seja qual for a origem da sua deficiência, pugnando para que sejam idênticas as medidas no campo de assistência médica, da reabilitação e da integração sócio-profissional, embora se considere que o Estado tem responsabilidades especiais para com os deficientes de guerra.

O Secretário-Geral da FMAC foi recebido conjuntamente com a direcção da ADFA, em representação do Presidente da República, pelo chefe da Sua Casa Militar, pelo vice-ministro da Defesa Nacional bem como pelo respectivo Secretário de Estado e pelo Ministro de Estado.

Em todas estas audiências foi dado conhecimento da natureza e objectivos da FMAC, das relações que a partir de agora se

estabelecerão entre a FMAC e a ADFA, dos direitos dos deficientes de guerra e sobre a Paz. Todas as entidades contactadas mostraram vivo interesse pela FMAC, principalmente o Ministro da Defesa Nacional e o respectivo Secretário de Estado que aprofundaram a problemática organizativa dos deficientes militares nos outros países, nomeadamente quanto ao tratamento de que são objecto os deficientes de guerra comparativamente com os dos deficientes civis e ainda sobre a distinção da qualificação de deficientes em campanha e em serviço, sendo igualmente analisados os serviços de apoio aos deficientes militares, ao que a todos o secretário geral esclareceu e se colocou à disposição para facultar todas as informações adicionais necessárias sobre esta matéria, o que poderá ser feito através da ADFA.

Nas reuniões com os órgãos da Comunicação Social houve oportunidade de se fazer uma ampla difusão dos objectivos da FMAC, principalmente dos assuntos relacionados com a paz e o desarmamento.

Durante a visita do secretário-geral da FMAC bem como em contactos posteriores foi abordada a possibilidade de se estabelecerem relações com os novos países de expressão portuguesa, no âmbito da FMAC, para o que já foram encetadas diligências junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na semana do desarmamento, em Outubro de 83, a ADFA juntou a sua voz à de todos os defensores da paz, elaborando um comunicado em sintonia com a orientação geral da FMAC, do qual se deu ampla divulgação pública, vindo a ser lido num plenário da Assembleia da República pelo seu presidente e onde se fazia a apologia do desarmamento e a condenação dos senhores da guerra, quer de Oeste quer de Leste.

3. SNR

Em 1982, a lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação fora alterado pelo Decreto-Lei n.º 355/82 de que o coronel Villa-Lobos, então Secretário Nacional de Reabilitação, foi promotor, lesando gravemente a política de reabilitação ao retirar o poder deliberativo do Conselho Nacional de Reabilitação transformando-o em mero órgão consultivo pelo que a ADFA deixou de comparecer nas reuniões deste Conselho Nacional, em sinal de protesto.

Com o assumir do novo Governo aguardava-se com expectativa a alteração da política de reabilitação que vinha sendo seguida, tanto mais que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aquando da discussão da alteração do referido Decreto-Lei assumira uma posição inequívoca condenando aquele diploma bem como pelo facto do programa eleitoral do Partido Socialista e o programa do actual Governo apontar para a alteração profunda do funcionamento do SNR, o que só se compreenderia com o afastamento do coronel Villa-Lobos, Secretário Nacional de Reabilitação, principal mentor e responsável pela desastrosa política de reabilitação anterior, o

que não viria a acontecer, antes pelo contrário. Por altura da visita do secretário-geral da FMAC e quando esta entidade foi recebida pelo Ministro de Estado este fez-se acompanhar do Secretário Nacional de Reabilitação fazendo remeter para ele todos os assuntos dos deficientes reafirmando a sua confiança no coronel Villa-Lobos, constituindo assim uma enorme surpresa para a ADFA e uma absoluta contradição dos princípios anteriormente invocados o que levou a ADFA a tomar posição perante o Primeiro-Ministro e Ministro de Estado pedindo a imediata substituição do Secretário Nacional de Reabilitação, o que viria a acontecer pouco depois, sendo designado para o substituir o Inspector Bobela Mota que no seu discurso de tomada de posse proferiu importantes declarações de intenções, nomeadamente que se devia «retomar a orientação e filosofia do Decreto-Lei que criou o Secretariado», «dotar o Secretariado de uma nova estrutura orgânica» e «envidar esforços para que as associações de deficientes retomem o lugar que lhes compete na orientação e definição da política de reabilitação», aguardando-se assim com grande expectativa e interesse a passagem das intenções às acções.

O novo Secretário Nacional começou a desenvolver contactos e visitas com as associações de deficientes para melhor se aperceber da problemática dos deficientes, das suas carências e da sua vitalidade, começando por visitar a ADFA em primeiro lugar onde decorreu uma frutuosa reunião de trabalho. Posteriormente, visitou a Tipografia-Escola em Lisboa e o Centro Oficial de Meios Ortopédicos, no Porto, certificando-se do dinamismo que anima os deficientes militares ficando sensibilizado para a temática do trabalho protegido, cuja viabilização se torna urgente.

O Secretário Nacional de Reabilitação acionou já os mecanismos necessários conducentes à alteração da lei orgânica do SNR nomeando um gru-

po de trabalho para proceder à preparação de um anteprojecto de diploma que solicitou às associações de deficientes pareceres contendo críticas à actual lei orgânica e sugestões de alteração. A ADFA não deixou de responder ao solicitado por aquele grupo de trabalho baseando o seu parecer nas críticas feitas publicamente quando da aprovação da actual lei orgânica e nas conclusões do 2.º Congresso Nacional da ADFA.

Abrem-se assim grandes esperanças com esta iniciativa do SNR que corresponde à satisfação de uma das reivindicações da ADFA mais insistentemente feitas nos últimos tempos esperando-se que ela venha a contemplar a colaboração efectiva das organizações de deficientes na política de reabilitação nacional.

Associativismo

Não só a sede mas também outras delegações procuraram promover o associativismo com outras organizações de e para deficientes, numa troca mútua de experiências, no fortalecimento do associativismo e na reabilitação e integração de deficientes.

A ADFA, após várias reuniões com algumas associações de e para deficientes demarcou-se do 2.º Congresso Nacional de Deficientes, promovido pela União Coordenadora dos Organismos de Deficientes, tornando público um comunicado em que se considera que a UCNOD vem prestando um mau serviço ao assentar a sua conduta em critérios político-partidários, imprimindo assim um cunho errado ao movimento de deficientes. Não sendo a UCNOD representativa de todos os deficientes, não se pode permitir que a opinião pública seja ludibriada, os órgãos de poder induzidos em erro e os próprios deficientes iludidos, não se podendo permitir que a verdadeira capacidade organizativa de deficientes, resultante das suas legítimas aspirações, seja substituída pela dinâmica partidária. No entanto, a ADFA em acções subsequentes e de acordo com as orientações do 2.º Congresso da ADFA e com o próprio programa eleitoral dos actuais órgãos sociais centrais continua a envidar esforços no sentido de serem criadas as bases que dêem corpo ao movimento genuíno de deficientes. Assim, aproveitando-se o dia 9-12-83, Dia Nacional do Deficiente, a ADFA juntamente com outras organizações de deficientes assinalou esta efeméride com uma conferência de imprensa na qual foram divulgadas as graves ca-

rências em que se continuam a debater os deficientes em Portugal devido à inexistência de uma política nacional de reabilitação que urge ser assumida pelo Governo através do seu instrumento privilegiado que é o SNR.

5. FMR

Durante o ano de 1983 reataram-se as relações com o Fundo Mundial de Reabilitação tendo-se conseguido obter uma bolsa de estudo para a formação profissional de um trabalhador do COMO, da delegação do Porto, já referida no capítulo das actividades internas.

Foi obtida a colaboração de uma organização francesa no campo de apoio a deficientes motores com carências económicas e que mercê das suas boas relações com o FMR veio a Portugal preparar com a ADFA a visita do presidente e do vice-presidente do Fundo Mundial de Reabilitação ao nosso país, que ocorreu já em 1984, esperando-se ter contribuído para a abertura de condições de implantação de projectos que visam a reabilitação dos deficientes motores em Portugal.

Poder local

Todas as delegações procuraram implantar-se localmente desenvolvendo contactos diversos com as autoridades civis e militares e entidades ligadas a questões sociais, conseguindo-se sensibilizá-las para a problemática dos deficientes e obter apoios para algumas iniciativas da ADFA.

Sobressaem os contactos tidos com as entidades militares, com departamentos do Ministério do Trabalho e com as autarquias locais, designadamente com a Câmara Municipal de Lisboa vendo-se até algumas delegações representadas nos Conselhos Municipais locais.

A ligação ao poder autárquico reveste-se de uma importância primordial tendo em conta que muitos dos problemas de inserção dos deficientes podem e devem ser resolvidos localmente, pelo que a ADFA pensa que deverá continuar a prestar muita atenção a este tipo de relacionamento.

7. A25A

Solicitou-se uma reunião conjunta à Associação 25 de Abril com o objectivo de aprofundar o conhecimento mútuo das 2 associações e a garantir ainda um melhor relacionamento.

Além disso foram tratados assuntos específicos como os 10.ºs aniversários da A25A e da ADFA, pretendendo-se estabelecer dentro do possível uma articulação conjunta já que a passagem de 10 anos sobre a restituição da liberdade ao povo português se encontra profundamente ligada ao fim da guerra colonial, de que os Deficientes das Forças Armadas foram as maiores vítimas.

IV — Conclusões

Conscientemente, na apresentação do relatório de actividades relativo ao ano de 1983, quisemos usar uma grande dose de pormenores, a fim de que toda a massa associativa tome consciência de todo o trabalho desenvolvido, quantas vezes com meios humanos e materiais escassos, mas que não foram factor impeditivo de grandes acções.

Não podemos deixar de realçar o esforço de algumas delegações, que, com apenas um trabalhador, deram resposta a toda uma série de solicitações dos associados, com realce para aquelas que sofrem os efeitos da interioridade e da dispersão dos sócios por vários distritos, e no caso dos Açores, pelas várias ilhas, o que dificulta a ligação entre os associados e a sua delegação e vice-versa.

Nem tudo foram facilidades e êxitos, mas, com certeza que todos consideramos que o saldo de mais um ano de trabalho foi altamente positivo, e muito mais conseguiremos se se mantiver a tendência no aumento da participação associativa, único garante da continuidade da ADFA, como grande associação de deficientes.

Fazer de cada sócio da ADFA um deficiente consciente e militante, será a meta do nosso trabalho.

Cientes de que os direitos dos deficientes não são oferecidos, mas conquistados, não abrandámos nas nossas reivindicações, tendo sempre como esteio, a consciência do possível em cada momento, e o sentido do todo social em que nos inserimos.

Com esta firmeza de acções, de quem sabe ter a razão do seu lado, e num realismo pragmático que a conjuntura exige, podemos afirmar sem reservas, que as portas do diálogo estão abertas, o que possibilitará, ainda no corrente ano, darem-se passos seguros, com vista à obtenção dos instrumentos necessários, ao relançamento da problemática legislativa pela qual lutamos há vários anos.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL

O Conselho Nacional, segundo órgão mais importante da ADFA (logo abaixo da Assembleia Geral Nacional), foi criado em 1983, substituindo o Secretariado Nacional, através da alteração dos estatutos aprovada na Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 29 de Janeiro de 1983.

O Conselho Nacional realizou a sua primeira reunião no dia 26 de Março, a fim de aprovar o relatório de actividades do Secretariado Nacional relativo a 1982 e o orçamento da Associação para 1983.

Nesta primeira reunião, o Conselho Nacional ainda não funcionou com a sua composi-

ção definitiva. Segundo o previsto nas disposições transitórias dos novos Estatutos (art.º 63.º), o Conselho funcionaria, até ao próximo acto eleitoral, com os membros da Mesa da Assembleia Geral Nacional e da Direcção Central e com um membro dos órgãos de cada delegação.

A sua composição plena, com os representantes directos dos sócios da Sede e delegações (previstos no n.º 2 do art.º 36.º dos Estatutos), só seria possível após o acto eleitoral que teve lugar em Junho.

Na reunião de 26 de Março, reflectiu-se já o carácter mais representativo e ao mesmo

tempo mais funcional do Conselho Nacional em relação ao Secretariado Nacional. Este, que integrava os membros da Mesa da Assembleia Geral Nacional, da Direcção Central e três elementos de cada zona, vinha demonstrando uma notória inoperacionalidade (frequente falta de quorum para as reuniões e incapacidade no aprofundamento de algumas questões associativas, onde os interesses específicos da Zona colidam, por vezes, com os objectivos da Associação, e as necessidades das delegações mais afastadas nem sempre eram tidas em conta).

Com a nova constituição do

Conselho Nacional, em que se encontram representadas todas as delegações e os interesses dos sócios têm ainda expressão através da participação de elementos expressamente eleitos para o efeito, encontrou-se um órgão mais associativo, que em 1983 ensaiou já os primeiros passos numa actuação que deverá ser fundamental na orientação superior da Associação.

O orçamento da Associação para 1983, aprovado na reunião de 26 de Março, contou, assim, com a participação e deliberação de representantes de todas as delegações, o que garantiu a

(Continua na pág. 10)

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO CONSELHO NACIONAL RELATIVO A 1983

(Continuação da pág. 9)

adopção de critérios de distribuição das verbas disponíveis mais equitativas e mais de acordo com as necessidades de cada delegação.

Dentro do orçamento aprovado, foi feita a seguinte afectação de verbas:

— Conselho Nacional (despesas com amortizações e deslocamentos e estadias dos órgãos sociais e nacionais) 1200 000\$00; Sede e delegações: 20 588 100\$00.

Ainda no âmbito do orçamento, o Conselho Nacional aprovou a nova tabela salarial para os trabalhadores da Associação, bem como a tabela de ajudas de custo.

A segunda reunião do Conselho Nacional, ainda com a mesma composição, realizou-se no dia 7 de Maio, tendo como pontos da ordem de trabalhos a «proposta de inquérito aprovada na Assembleia Geral Nacional Ordinária de 9 de Abril de 1983» e a «delimitação da área das delegações, face aos novos Estatutos».

Considerado inoportuno, em vésperas de eleições, qualquer alteração à área das delegações, o Conselho acabou por deliberar apenas sobre o primeiro ponto da ordem de trabalhos.

Tendo a Assembleia Geral Nacional encarregado o Conselho Nacional de instaurar um rigoroso inquérito a fim de se provar objectivamente o afirmado na própria Assembleia Geral por seis sócios subscritores do documento «Folha Informativa N.º 1», em que se faziam acusações graves, mas não fundamentadas, à Direcção Central, nomeadamente quanto a «cor-

rupção», «desonestidade», «compadrio» e «cobertura dada a indivíduos sem escrúpulos», o Conselho Nacional deliberou realizar o inquérito, devendo o mesmo ser orientado por um advogado de reconhecida idoneidade pública, a ser contactado pelo Conselho Fiscal Central. Além disso, o Conselho Nacional deliberou proceder judicialmente contra os subscritores do documento.

A última reunião do Conselho Nacional, em 1983, realizou-se no dia 3 de Dezembro.

A forma como decorreu esta reunião foi a confirmação de que a solução encontrada na alteração dos estatutos foi acertada. O Conselho teve nesta reunião uma expressão associativa verdadeiramente nacional, não só pela sua representatividade, como pela responsabilidade manifestada no tratamento de questões fundamentais da vida da Associação.

Agora com a sua composição completa, o Conselho Nacional registou nesta reunião a presença de trinta e cinco dos seus trinta e seis membros efectivos.

Perante uma ordem de trabalhos bastante extensa, o Conselho Nacional tomou as seguintes deliberações:

1 — Aprovou o seu próprio regulamento interno.

2 — Aprovou o orçamento da Associação para 1984, afectando as verbas disponíveis do seguinte modo:

— Conselho Nacional (despesas com todo o pessoal da Associação, com o jornal «Elo», com deslocamentos e estadias dos órgãos sociais para reuniões de carácter nacional e com amortizações) 23 865 000\$00;

— Sede e delegações (gas-

tos de estrutura) — 13 973 000\$00;

— Receitas previstas na Sede e delegações — 15 370 000\$00;

— Participação salarial (Sede e delegações) 13 87 000\$00;

Ainda no âmbito do orçamento, foi aprovado:

— O recurso às reservas associativas para cobertura do défice orçamental resultante da redução de quatro mil contos feita pelo Ministério da Defesa Nacional no exercício de 1983.

— Proposta de actualização de quotas para 70/0, a apresentar à Assembleia Geral Nacional.

— prestação de serviço em tempo parcial dos trabalhadores

das delegações de Bragança, Setúbal e Faro, se não forem encontradas soluções de rentabilidade alternativas.

— Redução de um trabalhador nos quadros de pessoal das delegações de Farnalício e Coimbra, se não forem igualmente encontradas soluções de rentabilidade alternativas.

— Utilização preferencial dos transportes públicos nas deslocamentos a reuniões do Conselho Nacional.

— colocação à disposição das delegações, para investimentos, de 2 500 000\$00, a serem atribuídos pela Direcção Central, de acordo com projectos de viabilização económica.

— Concessão de 254 073\$00 de reforço orçamental à delega-

ção de Évora, para fazer face a despesas com obras realizadas na delegação.

3. O Conselho Nacional pronunciou-se sobre as comemorações do 10.º aniversário da Associação, a decorrer em 1984, tendo deliberado:

— Ratificar a constituição da Comissão Nacional das Comemorações nomeada pela Direcção Central, bem como os objectivos definidos.

— Propor à Assembleia Geral Nacional a aprovação da proclamação do aniversário.

4 — O conselho apreciou as conclusões do inquérito mandado instaurar aos seis associados subscritores do documento «Folha Informativa N.º 1», tendo deliberado:

— Propor à Assembleia Geral

Nacional que puna os subscritores do documento, com base no art.º 11.º dos Estatutos.

5. Na sequência de estudo prévio, o Conselho Nacional deliberou fundir as duas delegações da Região Autónoma dos Açores, passando a funcionar uma única delegação em Ponta Delgada, mas ficando assegurado que esta delegação garantirá a cobertura de todas as ilhas dos Açores, nomeadamente através de núcleos.

6. Por fim, o Conselho Nacional deliberou proceder a um aditamento de 324 068\$50 à delegação de Ponta Delgada, a fim de fazer face à situação financeira resultante do abandono do ex-trabalhador daquela organização e à realização de obras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 — GENERALIDADES

Cumprindo disposições legais e estatutárias, vai o Conselho Fiscal Central, depois de minimamente analisadas as Actividades e Contas da ADFA, apresentar o seu parecer, realçando os dados necessários para, em consciência, decidir sobre tal matéria.

Desde já pedimos desculpa à Assembleia pelas faltas que este parecer possa apresentar, disso não temos dúvidas, contudo vamos tentar recolher o maior número de informações junto das diversas delegações para, em tempo oportuno, as levar ao conhecimento de todos os associados.

Nesta linha de pensamento e vontade de actuar, mais não pretendemos do que incentivar as direcções das diversas delegações para atempadamente fazer chegar até nós instrumentos de análise do trabalho que os sócios esperam ver realizado ao longo do mandato que lhes conferiram.

2 — ACTIVIDADES E CONTAS

2.1 — ACTIVIDADES

O Relatório da Direcção Central é bastante elucidativo e reflecte com verdade todas as realizações práticas que ao longo do ano podemos constatar, abrangendo diversas áreas, nomeadamente Reabilitação e Integração Social, Dinamização Cultural e Desporto, Apoio Social, Legislação, Gestão Administrativa e Financeira e em especial uma actuação a nível externo com resultados que, sem ambiguidades, classificamos de muito bons.

2.2 — CONTAS

2.2.1. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (CONSOLIDADO)

À semelhança do que tem vindo a ser feito, achamos de toda a conveniência a apresentação do balanço e demonstração de resultados da ADFA no seu todo, que só é viável se cada delegação apresentar as suas próprias contas, elaboradas de acordo com o plano oficial, contribuindo assim para que em 31 de Dezembro de cada ano se possa facultar aos associados a situação patrimonial da ADFA.

Em Dezembro/83 a ADFA apresentava um património de cerca de 35 mil contos que consideramos bom, tanto mais que o valor real será superior.

Achamos oportuno referir que o resultado negativo de cerca de 2 (dois) mil contos, certificado em 1983 foi devido ao corte orçamental no subsídio Estatal, em cerca de 4 mil contos, do qual se tomou conhecimento a meio do ano de 1983, procurando, desde então, a Direcção Central adoptar medidas tendentes a minorar os efeitos negativos e, quanto a nós, conseguimos com êxito sustar os custos sem diminuir a qualidade dos serviços, contando para tal com o esforço de todos os trabalhadores.

Salientemos que as compras, em 1983, quase duplicaram em relação a 1982, bem como as

vendas e prestação de serviços, sendo as despesas com pessoal apenas afectadas com índice inferior a 20%

2.2.2. CONSELHO NACIONAL (BALANÇO ANALÍTICO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS)

Este órgão apresenta-se com um saldo negativo de 3752 474\$10, tal facto deve-se ao corte no subsídio atribuído pelo MDN como já foi referido em 2.2.1., verificando-se portanto uma correcta gestão de acordo com as previsões orçamentais elaboradas em Janeiro/83.

Tem vindo a aparecer no balanço analítico a rubrica «Outros empréstimos concedidos», trata-se de verbas transferidas para as delegações a título de empréstimo, nomeadamente 500 contos para a delegação do Porto e 240 724\$00 para Angra do Heroísmo.

A primeira destinou-se a financiar a construção de um pavilhão oficial na delegação do Porto, e a segunda foi para fazer face aos custos resultantes da ajuda prestada pela ADFA aos seus associados vítimas do sismo ocorrido naquela região.

Tal situação não pode vir a manter-se indefinidamente, pelo que sugerimos que esses débitos sejam levados a fundo perdido, independentemente do resultado do exercício final do ano.

2.2.3. — SEDE

A Sede apresentou um resultado negativo de 337 980\$70, como se pode verificar pela análise de demonstração dos resultados. Cabe aqui salientarmos que, se fizermos a análise conjunta do balanço e demonstração dos resultados da Sede e da Tipografia Escola, verifica-se um saldo positivo, pois os resultados da Tipografia Escola, em cerca de 670 contos, cobrem o défice acima referido.

Esta apresentou-se com um resultado bastante animador, devendo salientar-se o montante facturado (cerca de 8000 contos) contra o montante de compras (2000 contos).

2.2.4. DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA

Como se pode verificar pela análise do resultado, trata-se de uma delegação que, embora servindo uma área bastante extensa, serve um número de sócios bastante reduzido, como se pode concluir pelo montante de quotas recebidas.

O subsídio destinado à exploração é quase na sua totalidade absorvido nas despesas com o pessoal (um funcionário).

Apresenta um resultado líquido positivo no valor de 37 014\$00.

2.2.5. CASTELO BRANCO

Esta delegação apresenta-se com um resultado líquido positivo, no valor de 84 247\$00.

É uma delegação com actuação bastante regular e tem vindo a desenvolver uma actividade de apoio aos associados bastante significativa, empenhando apenas um trabalhador.

Podemos verificar que esta delegação tem depósitos à ordem de 370 577\$70 e em credores um montante de 241 784\$50.

Por curiosidade, referimos que o principal credor é o próprio trabalhador, que por sua livre iniciativa ainda não levantou alguns vencimentos, preferindo portanto ter disponibilidade financeira em depósitos à ordem.

2.2.6. DELEGAÇÃO DE COIMBRA

Esta delegação apresenta-se em relação ao ano de 1982 com resultados francamente positivos (294 591\$00), podendo considerar-se mais uma delegação forte e bem administrada.

2.2.7. DELEGAÇÃO DE ÉVORA

Esta delegação tem vindo a apresentar de ano para ano resultados negativos, resultando essa má gestão talvez pela falta de análise das actividades desenvolvidas por parte dos Órgãos Sociais.

Podemos parecer uma afirmação dura, mas outro juízo não poderá ser feito pelo Conselho Fiscal Central, tanto mais que pouca documentação lhes chegou às mãos para poder concluir o contrário.

Esta situação despertou no Conselho Fiscal as maiores das atenções, cabendo aqui afirmar que irá procurar ajudar e incentivar a delegação de Évora a percorrer melhores caminhos. Há a salientar de positivo que esta delegação ampliou substancialmente as suas instalações, com o apoio de várias entidades civis e militares, estando já em curso o estudo e a preparação de pessoal para criar um Centro Oficial de Meios Ortopédicos.

2.2.8. DELEGAÇÃO DE FARNALÍCIO

Apresenta um resultado positivo de 74 995\$00, servindo um número de sócios bastante significativo (cerca de 300) como se pode verificar pelo montante recebido de quotização.

2.2.9. DELEGAÇÃO DE FARO

Trata-se de uma pequena delegação que é preciso dinamizar para bem servir uma grande região como a do Algarve.

Analisando as suas contas, verificou-se um resultado positivo de 3 78\$70 apesar de ter um valor de vendas inferior ao das compras em cerca de 7000\$00.

Este Conselho Fiscal congratula-se com esforços desenvolvidos das entidades locais, no sentido de facultar aos sócios a possibilidade de utilizarem o Parque de Campismo de Vila Real de Santo António na época balnear.

2.2.10. DELEGAÇÃO DA MADEIRA

Esta delegação, ao contrário do que aconteceu no ano transacto, não deu a este órgão os elementos necessários para podermos fazer uma análise da sua actividade associativa.

Apresenta contudo as suas contas em devido tempo, das quais se destaca o resultado

negativo, que por informações do DAF (Departamento de Apoio Financeiro) foi devido à realização da sua Festa de Natal.

Este órgão faz votos para que o esforço humano e financeiro dispendido com a Festa de Natal de 1983 tenha criado os incentivos necessários para que ao longo do ano corrente e em particular na próxima Festa de Natal a ADFA possa oferecer um bom momento de confraternização com custos menos elevados.

2.2.11. PONTA DELGADA

Por falta de documentação e pela impossibilidade de ser visitada por este órgão, para recolha de elementos, nada podemos acrescentar sobre as actividades da delegação, contudo, em face dos documentos contabilísticos, verificamos que apresenta um saldo líquido positivo de 147 266\$00.

2.2.12 PORTO

Pela análise dos documentos que constituem o Relatório e Contas, em especial as verbas relativas às compras, vendas e outras, é fácil de concluir que se trata de uma delegação com grande dimensão e forte actividade.

O Centro Oficial de Meio Ortopédicos está em pleno funcionamento e apresenta-se bem administrado, com perspectivas de ampliar com qualidade os serviços prestados a todos os Deficientes, no campo da Reabilitação e Integração Social.

2.2.13. SETÚBAL

É uma delegação pequena com instalações próprias que, embora situada na periferia de Lisboa serve um número considerável de sócios e vive-se nela um bom ambiente associativo.

Abriu já este ano o seu serviço de fotografia, acto que é de louvar pelo espírito com que é encarado, nomeadamente no sentido de minorar os custos de funcionamento da delegação.

2.1.14. VISEU

Ao analisar o relatório de actividades desta delegação verificou-se que esta se centralizou em especial na Festa de Natal, com a qual empenhou todos os esforços, obtendo bons resultados, quer pela dinamização dos sócios, quer pelas relações que entabulou com as entidades do distrito.

Promoveu a abertura de uma cantina que movimentou cerca de 1500 contos, contudo não teve influência no resultado líquido do exercício, que se saldou em 53 863\$50 positivos.

3. — CONCLUSÕES

Depois de analisado o Relatório de Actividades, Balanço, Demonstração de Resultados, apresentado pela Direcção Central e na sequência do que atrás expôs, o Parecer deste Conselho Fiscal Central é de que esta Assembleia aprove o Relatório e Contas apresentado, relativo ao exercício de 1983.

NA ACUMULAÇÃO DE PENSÃO E VENCIMENTO SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ NÃO SÃO CALCULADOS PARA LIMITE MÁXIMO

Conforme oportunamente referido no «Elo», a Direcção Central da ADFA enviou, em Setembro passado, um requerimento à Administração da Caixa Geral de Aposentações, em que solicitava que o abono e prestação suplementares de invalidez não entrassem no cálculo do montante correspondente ao vencimento de Ministro, resultante da acumulação da pensão com o vencimento quando o deficiente for trabalhador da Função Pública.

A Caixa veio agora responder à ADFA favoravelmente.

Assim, os Deficientes das Forças Armadas, em campanha, que, nos termos do Decreto-Lei n.º 93/83, de 7 de Fevereiro, não podem ultrapassar o vencimento de Ministro na acumulação da pensão com o vencimento, quando trabalhadores do Estado, vêem esse limite atenuado já que os subsídios de invalidez não con-

tam para o cálculo desse montante.

Lembra-se que a ADFA não concordou com o Decreto-Lei n.º 93/83, já que veio dar uma interpretação errada ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 43/76, pois o limite legal máximo referido no art.º 13.º deste diploma deverá ser considerado o vencimento de gestor público.

Embora esta limitação não atinja um número elevado de deficientes, no domínio dos princípios, não se pode aceitar que seja dificultada ou desincentivada a progressão profissional dos deficientes que trabalham na Função Pública.

O projecto do Decreto-Lei que estabelece esse limite legal máximo com o vencimento ode gestor público encontra-se, conforme noticiado no último número do «Elo», pronto para a aprovação, faltando apenas o parecer favorável do Ministério das Finanças.

CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES VAI PAGAR OS RETROACTIVOS

Por informação da DSP-4 da Caixa Geral de Aposentações fomos informados que aquela instituição irá proceder ao pagamento dos retroactivos aos pensionistas com pensão de invalidez no próximo dia 16 de Maio.

Quanto aos DFA os retroactivos serão, em princípio, pagos em Julho.

Ao contrário do que aconteceu no ano passado parece-nos ser mais correcto este critério, uma vez que os pensionistas de invalidez são os que à priori mais necessitam dos retroactivos.

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE AS CONTAS APRESENTADAS

1. INTRODUÇÃO

À semelhança do que sucedeu no ano anterior, entendeu a Direcção Central, ser útil aos associados pouco familiarizados com números contabilísticos e que pretendam reflectir um pouco sobre os documentos apresentados, fornecer alguns elementos que permitam uma melhor compreensão das contas que se põem à discussão.

Mais uma vez, queremos realçar o carácter descentralizador, que caracteriza o funcionamento da Associação e que obviamente se reflecte também a nível da contabilidade, apresentando cada Delegação as suas próprias contas, embora obedecendo a critérios uniformizados, que permitiram a elaboração de um balanço consolidado da ADFA, que reflecte objectivamente, e com rigor, a situação patrimonial referida a 31/12/83.

Os resultados da gestão associativa terão que ser analisados numa óptica de benefícios sociais, pois estamos em presença de uma instituição sem fins lucrativos, empenhada na defesa dos interesses dos seus sócios, o que não invalida o incremento de acções tendentes à sua autosuficiência.

O estatuto de associado impõe a todos nós direitos e deveres a que não devemos eximir-nos. O direito de exigir responsabilidades tem como contrapartida o dever de participar activamente na vida associativa e só essa participação, isenta e construtiva, proporciona conhecimento de causa para, conscientemente, avaliar dos resultados conseguidos e sobre os mesmos formular críticas, que não deixarão de ser contributos valiosos para, no futuro, se conseguir uma gestão melhor.

2. ANÁLISE DAS CONTAS

Não obstante o Ministério de Defesa Nacional ter reduzido, a meio do ano, o subsídio inicialmente atribuído à ADFA, decisão que colheu de surpresa todos os Órgãos Sociais, podemos considerar que os resultados obtidos foram bons e ultrapassaram mesmo as perspectivas inicialmente apontadas.

De facto o corte orçamental de 4000000\$00 decidido em Maio pelo Ministério, e que representa cerca de 18% do valor inicial, quando já havia sido aprovado em Janeiro o orçamento da Associação, tendo em conta a dotação orçamental que o Ministério nos atribuiu, não poderia deixar de ter os seus reflexos, não só a nível de tesouraria, como também nos resultados. A sólida situação financeira da ADFA, resultou de uma correcta gestão de anos anteriores, permitiu vencer as dificuldades e reduzir ao mínimo os seus efeitos na actividade programada.

As delegações não foram minimamente afectadas na sua gestão corrente, pois as verbas inicialmente atribuídas pelo Conselho Nacional foram integralmente satisfeitas. Assim, foram em 1983 afectadas às delegações as seguintes dotações orçamentais:

Delegação Sede	10619000\$00
Delegação A. Heroísmo	240000\$00
Delegação Bragança	389900\$00
Delegação C. Branco	451500\$00
Delegação Coimbra	1077500\$00
Delegação Évora	1286803\$70
Delegação Famalicão	556700\$00
Delegação Faro	383530\$00
Delegação Madeira	250200\$00
Delegação P. Delgada	498400\$00
Delegação Porto	3840643\$80
Delegação Setúbal	432300\$00
Delegação Viseu	929800\$00
TOTAL	20966277\$50

A nível do Conselho Nacional foram ainda realizadas despesas com deslocações e estadias dos Órgãos Sociais no valor de Esc. 529211\$00, e outras despesas associativas de âmbito Nacional, na importância de Esc. 1106222\$60.

Constituem, contudo, estes valores referidos, apenas cerca de 37% das despesas correntes da Associação que atingiram em 1984 o montante de 60462855\$03, isto é, 1311537\$26 mais do que em 1983 ou seja 30%.

No capítulo das receitas para além dos 18560000\$00 que constituíam o subsídio do M. D. Nacional a Associação realizou mais 40479123\$20, produto da exploração das suas oficinas e do Bar-Refeitório de utilização dos sócios. Também aqui se verificou um aumento de receitas no valor de 12206723\$10, em relação ao ano anterior ou seja 43%.

Os resultados apresentados pelas oficinas são francamente bons e animadores que comprovam a eficácia da gestão realizada. Assim temos:

a) TIPOGRAFIA

Resultado positivo no valor de Esc. 671417\$10

Amortização e Reintegração criadas no exercício 672604\$00.

b) OFICINA PRÓTESES DO PORTO

Resultado positivo no valor de Esc. 577531\$35

Amortização e Reintegração criadas no exercício 401000\$00

c) FOTOGRAFIA

Resultado positivo no valor de Esc. 981714\$60

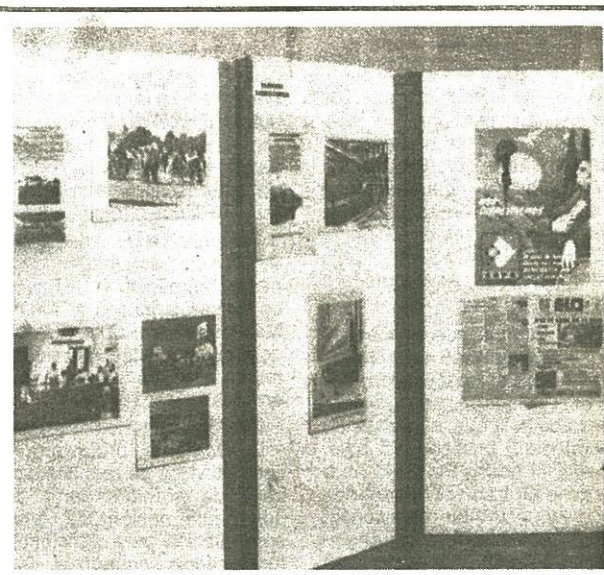
Os bares realizaram uma receita bruta no valor de Esc. 7771045\$70. Por não ser possível apresentar resultados individualizados por delegações, apenas referiremos que o bar da sede teve um lucro de Esc. 114789\$50, se tivermos em conta a contrapartida social de 578464\$00, que representa o desconto efectuado nas refeições aos sócios utilizadores dos serviços do Refeitório em 1983.

Ainda nas receitas devemos referir a importância de Esc. 2033799\$50 de receitas de aplicações financeiras e o valor de quotização recebida em 83 de Esc. 2694377\$00, assim discriminado:

Delegação Sede	957740\$00
Delegação Bragança	41880\$00
Delegação C. Branco	144910\$00
Delegação Coimbra	192657\$50
Delegação Évora	78530\$00
Delegação Famalicão	103375\$00
Delegação Faro	133072\$50
Delegação Madeira	66795\$00
Delegação P. Delgada	61272\$00
Delegação Porto	684630\$00
Delegação Setúbal	55770\$00
Delegação Viseu	173745\$00
TOTAL	2694377\$00

Sobre este valor teremos de reconhecer que representa uma percentagem insignificante no conjunto das receitas, e que deve merecer a ponderação dos sócios de forma a eventual correcção no futuro. A Associação necessita da participação dos seus associados para alcançar os seus objectivos.

Em conclusão podemos afirmar que os números apresentados são bem elucidativos do crescimento e consolidação de ADFA e reflectem, com objectividade, a dinâmica que esta Direcção vem imprimindo à vida associativa.



EXPOSIÇÃO NA ADFA ATÉ FIM DE MAIO

No âmbito das comemorações do X Aniversário, encontra-se patente na sede da ADFA, até ao próximo dia 31 de Maio, uma exposição fotográfica que aborda, entre outros, os seguintes temas: Guerra Colonial, Hospital Militar, 25 de Abril, Lutas da ADFA nestes 10 anos, Reintegração Social, Barreiras Arquitectónicas e Desporto.

Para esta exposição, aberta ao público desde o dia 24 de Abril, foram feitos convites para uma visita guiada a cerca de uma centena de Escolas Preparatórias e Secundárias da grande Lisboa.

Uma exposição bastante bem montada que numa forma sintética poderá elucidar qualquer pessoa menos esclarecida sobre a ADFA e os problemas mais prementes.

O horário de abertura da exposição é das 10 horas às 22 horas, excepto ao fim de semana que ficará condicionado às restantes actividades.

CONVÍVIO NO CARTAXO

(Continuação das centrais)

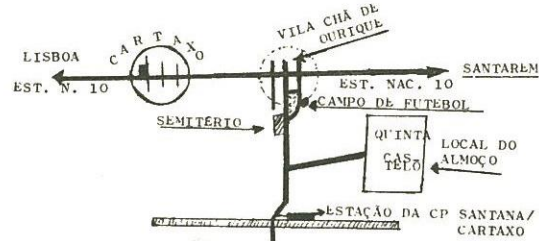
para melhor identificação do local juntamos uma pequena gravura. O local do convívio fica a cerca de 2 km do Cartaxo.

As inscrições para o almoço, que será realizado no local e constituído por bons produtos, deverão ser feitas até ao próximo dia 1 de Junho para a Sede da ADFA — Dep. Dinamização Cultural e Desporto. Quanto à bebida é «sumo de uva puro»,

ou seja, sem martelo, para os que não podem beber haverá outras coisas.

Esperamos desde já poder contar com um número bastante grande de sócios e familiares nomeadamente dos residentes no Ribatejo.

Antes do almoço será feita uma pequena reunião para discussão dos vários assuntos de âmbito associativo, bem como das actividades realizadas e a realizar no 10.º Aniversário da ADFA.



FEIRA DO LIVRO

SOBRE COLONIALISMO E GUERRA COLONIAL

A ADFA leva a efeito na primeira semana de Junho (de 1 a 9) a 1.ª FEIRA DO LIVRO sobre colonialismo e a guerra colonial.

Esta iniciativa, inédita em Portugal, integra-se no esforço desenvolvido pela ADFA no sentido de comemorar o seu 10.º aniversário contribuindo, ao mesmo tempo, na divulgação da literatura existente sobre a temática que está na origem das deficiências dos seus associados.

A Feira será inaugurada no dia 1 de Junho pelas 21 horas com intervenções de vários autores.

Todos os dias haverá «Livros do Dia» com a presença dos autores.

Serão convidadas todas as editoras e autores. Julgamos importante a passagem pela Feira — na nossa sede em Lisboa — de todos os associados e público em geral que, pela primeira vez poderão ter à sua disposição, a preços mais acessíveis, todos os livros já editados sobre a guerra e os seus antecedentes.

Comparece e participa.

AUTOMÓVEIS

Os associados interessados em adquirir uma viatura «Ford» podem fazê-lo através do sócio António Bernardes, concessionário da referida marca. Telefone 243 19 51/36 21 67.

RESPOSTA DA DIRECÇÃO DA ADFA A ARTIGO DO «DIÁRIO DE LISBOA»

A publicação pelo «Diário de Lisboa», na sua edição especial do dia 25 de Abril de 1984, do artigo *Associação dos Deficientes das Forças Armadas apostada em «escalpelizar» a guerra colonial*, assinado por Manuel Geraldo, mereceu uma resposta da direcção central da ADFA, nomeadamente devido a afirmações feitas dentro do subtítulo *Major Calvino vai regressar, aí considerado o «leader» carismático dos deficientes portugueses.*

Transcrevemos em seguida a carta dirigida pela Direcção Central ao director do «Diário de Lisboa»:

«Ao abrigo da Lei de Imprensa, vimos solicitar a V. Ex.ª a publicação, com o devido realce, do seguinte:

Publicou o «Diário de Lisboa», na sua edição do passado dia 25 de Abril, uma notícia intitulada «Associação

dos Deficientes das Forças Armadas apostada em «escalpelizar» a guerra colonial», cujo conteúdo nos merece os seguintes reparos:

Mais uma vez, e com uma falta de imaginação atroz, veio o «Diário de Lisboa», sempre pela pena de Manuel Geraldo, imiscuir-se na vida interna da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, com afirmações incorrectas e juízos falsos, dando uma imagem distorcida da realidade que é a da ADFA e induzindo os leitores desse jornal em erro sobre a clara e inequívoca orientação da Associação, definida e garantida pelos associados.

Atribuindo ao presidente da direcção central da ADFA, capitão Lopes Dias (e não major, como é referido), afirmações que não fez, falseando dados históricos da Associação e referindo-se ao sócio n.º 5, major António Guerra Calvino, em termos que não correspondem à sua actuação como associado, o «Diário de Lisboa», mais uma vez, revela um estranho desconhecimento da vida e acção da maior organização de deficientes em Portugal.

O «Diário de Lisboa», por sistema, não comparece nas conferências de Imprensa que a ADFA, com bastante frequência, vem realizando, onde poderia obter os elementos necessários para bem informar os seus leitores sobre o que é a

SÓCIOS DA I GRANDE GUERRA

(Continuação da pág. 5)

e foi Lúcio Martelo com mais três colegas que o estiveram a velar. Sidónio Pais, e outra coisa de que ainda se recorda é de uma festa no Coliseu, onde o Sidónio Pais ofereceu um charuto a cada inválido.

Depois de recuperado da guerra, Lúcio Martelo foi trabalhar para os Correios, de onde veio a pedir a demis-

são em 1935 por causa de «Sua Excelência» (referindo-se ironicamente a Salazar) que não admitia acumulações, a não ser que lá quiséssemos continuar só por um 1/3 do vencimento). «Sua Excelência» é ainda acusada de ter feito a guerra colonial. Aquilo ali não tinha razão de existir. A África é dos pretos. Andou-se para ali a queimar gente, a matar muita gente.

dos Cravos, então é que eles nos actualizaram as pensões. E ao terminarmos a nossa conversa, foi Lúcio Martelo que quis ter presentes todos os sócios, após nos referir alguns dos sócios que admira:

— Até queria, para terminar, aqui deixar para todos os Deficientes das Forças Armadas um grande abraço, especialmente para os nossos grandes deficientes.

AGRADECIDO À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

Lúcio Martelo ainda frequenta a Associação (ainda em Janeiro lá estive para pagar as quotas), e só não esteve na última assembleia geral, em Abril, porque o seu filho mais velho, com setenta anos de idade, o levou para o futebol. Só lamenta que hoje na Associação já não conheça ninguém da guerra dele.

Do 25 de Abril tem uma memória grata, em 1974, quando foi da Revolução

A REABILITAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A revista «Reabilitação», do Secretariado Nacional de Reabilitação, no seu número 16, relativo a Setembro/Outubro últimos, publicou um artigo, intitulado «A razão da recusa pela Ásia dos conselhos do Ocidente sobre deficiência», que, pela sua importância, aqui merece a nossa atenção.

Este artigo, a que a «Reabilitação» teve acesso através da «International Rehabilitation Review», constitui um dos melhores trabalhos que a revista do Secretariado publicou até hoje. Já que no nosso País não há o costume de tratar com profundidade a questão da reabilitação, trabalhos de autores estrangeiros, como este, que terão para nós um grande interesse, sobretudo pedagógico, deveriam ser publicados com mais frequência.

O autor deste artigo centra-se na realidade que são os deficientes nos países da Ásia e demonstra como são falíveis os métodos ocidentais para promover a sua reabilitação e integração social.

Os métodos ocidentais, aliás,

não só serão falíveis nos países subdesenvolvidos, como, provaram tê-lo já sido nos próprios países desenvolvidos, produzindo «penosos erros históricos», como o autor refere.

Reconhecendo esses erros, os técnicos do Ocidente estão, neste momento, a aconselhar os países asiáticos a evitá-los. Mas estes, não obstante esses conselhos, estão precipitadamente a seguir esses métodos errados.

Mas que métodos são esses? O Ocidente programou os seus serviços de reabilitação na base de grandes complexos, que o autor designa de «fabulosos palácios para deficientes», funcionando segundo a «técnica altamente especializada».

Os países ricos, onde o desenvolvimento tecnológico atingiu metas impensadas nos últimos tempos, colocaram esse potencial técnico e material ao serviço da reabilitação, procurando, apenas por esta via, resolver o problema da marginalização dos deficientes.

Todo o artigo de Mike Mides assenta na ideia base de que o

problema da integração social dos deficientes não é apenas técnico, mas essencialmente social e humano. Por isso, se nos países desenvolvidos a solução tecnológica falhou, mais falhará nos países pobres da Ásia e da África, onde o ser-se deficiente tem implicações sociais, familiares, culturais e religiosas mais fortes.

A dimensão material da reabilitação, em termos de desenvolvimento económico ou melhoria das condições de vida não é apreensível pelo cidadão médio, nem o mobiliza, como é, por exemplo, a electrificação ou a canalização de água, em que se empenha directamente. As famílias que não têm eficientes não sentem a necessidade da reabilitação. E aqueles que têm crianças deficientes, por exemplo, encaram, à partida, qualquer iniciativa de reabilitação negativamente, quer porque torna público um facto que até aí tinham tentado esconder, quer porque a criança deficiente poderá mesmo, por essa razão, estar a ser uma fonte de rendimento familiar e que, por conseguinte, se perde.

«As religiões do mundo exortam os seus discípulos a agir um benefício dos fracos dos necessitados, dos doentes e dos deficientes», refere Mike Miles, acrescentando depois que «um dos elementos persuasivos para uma pós-vida melhor é deixar cair umas moedas na tija do pedinte cego». Os condicionamentos culturais e religiosos são, pois, propícios à preservação dos deficientes marginalizados. Sem eles, a sociedade como que se descaracteriza, prejudicando o seu funcionamento «harmonioso» tradicional. «Endireitar ou distorcer uma criança aleijada, seria ir contra os desígnios da «providência», afirma o autor do artigo.

Trata-se, pois, de uma questão de mentalidade, contra a qual os métodos ocidentais se revelam impotentes.

Com os processos ocidentais de reabilitação, edifícios vistosos e deslumbrantes, os Governos dos países asiáticos salvaguardam as aparências e mantêm, de facto, intocável o corpo social, que necessita dos defi-

cientes pedintes na expressão da sua cultura e religião.

Com essas estruturas de fachada, realmente inoperacionais, é feita uma «manifestação de modernidade», «chama-se a atenção do público para um campo descurado» e obtém-se a «aprovação dos profissionais de reabilitação», que se sentem mais realizados a trabalhar num palácio do que directamente com os deficientes no seio das famílias.

Os profissionais de reabilitação, muitos deles formados no estrangeiro, em sistemas sofisticados, alinham com entusiasmo neste esquema, motivando-se mais com a competição entre pequenos «impérios» da reabilitação do que propriamente com a solução dos problemas dos deficientes.

Num sistema deste tipo, a reabilitação serve, pois, outros fins que não os interesses dos deficientes. Além de salvaguardar as aparências e «lisongear o ego dos profissionais», realça as boas intenções dos governantes. Oferecerá mais destaque nos jornais a inauguração de «um palácio para deficientes» do que a integração de dez mil crianças deficientes no ensino normal. Objectivamente, este sistema serve apenas as famílias privilegiadas, que poderão ter acesso a esses centros.

A terminar o artigo, o autor aponta uma alternativa para os países asiáticos. Rejeitando os «luxuosos palácios» e não acreditando no êxito da reabilitação com base na comunidade e na família, sobretudo por falta de informação, considera que é viável «uma via intermédia entre a grande instituição urbana e o esquema rural de nível «primário»».

Essa via está consubstanciada numa experiência a decorrer no Noroeste do Paquistão, que assenta sobretudo na mobilização dos pais das crianças deficientes, aproveitando a sua acção directa, nomeadamente na gestão dos centros de reabilitação.

Essa experiência baseia-se ainda nos seguintes princípios:

- Cidades de preferência a aldeias.
- Crianças de preferência a adultos.
- Necessidades sentidas localmente de preferência a estratégias teóricas.
- Pequena escala de preferência a grande escala.
- Centros visíveis de preferência a preferência invisível.
- Pais motivados de preferência a pais indiferentes.
- Centros de dia de preferência a lares de internamento.

Deste artigo poderíamos retirar algumas ilações para reflectir sobre o caso português. E concluiríamos, desde logo, que a situação em Portugal antes do 25 de Abril de 1974 era muito semelhante à dos países asiáticos. Também nós assistíamos essencialmente à construção de centros de reabilitação de

fachada, a inaugurações bombásticas, discursos eloquentes, etc. Também nós víamos salvaguardar as aparências, imitados os países ricos e valorizado o conceito dos governantes na opinião pública pelos cuidados evidenciados com uma reabilitação que os deficientes ignoravam. Também nós tínhamos profissionais de reabilitação improdutivos, divididos em guerras de «campanários», frustrados com uma realização falsa. Também nós gastámos milhões numa reabilitação que não chegava até aos deficientes e as populações desconheciam. Também nós, depois de todo esse falso esforço do poder tínhamos, no seio da comunidade, os deficientes encarados à luz da religião e de uma cultura dualista, em que, tal como ao bem se opõe o mal, ao dia a noite, ao belo o feio, ao físico e mentalmente são se opunha o deficiente, banido da face útil e positiva da colectividade.

Isto até há exactamente 10 anos. A partir daí, tem sido dados alguns passos positivos, tem-se denunciado, sobretudo, essa dispendiosa política de manutenção da marginalização dos deficientes e da ignorância das populações, mas não se definiu uma política nova, nem sequer se avançou com uma experiência piloto num noroeste qualquer do nosso País.

Seria exaustivo entrar aqui, agora, no domínio do que ainda não se fez e poderia ou deveria ter sido feito. Interessa apenas realçar que a radiografia de um país tão afastado da Europa como o Paquistão pode ser de leitura muito útil para um país bem ocidental como Portugal.

Alertados dos erros dos países ricos, dos insucessos desses métodos nos países pobres, nós, com a nossa experiência e a nossa frustração de um passado recente, podemos equacionar de forma muito própria e com êxito a reabilitação dos deficientes. As características especiais de Portugal, a sua realidade económica, social, cultural e também religiosa, devem determinar a política de reabilitação a seguir, tendo, também, presentes os erros dos outros, para não os repetir.

Também nós, em Portugal, temos que dar uma dimensão essencialmente humana e social à reabilitação, levando-a junto das populações e dos deficientes, motivando-os a nela se empenharem, como um meio de melhoria do seu nível de vida e realização social a todos os títulos, independentemente das concepções culturais e religiosas a que possam estar amarrados.

Também nós temos que equacionar a reabilitação de modo que esta sirva exclusivamente os seus destinatários — os deficientes — e não os interesses políticos, profissionais ou outros de quem a promove ou implementa — governantes e técnicos.

NO «ELO» HÁ 5 ANOS BERNARDO SANTARENO EXORTAVA OS DEFICIENTES A LUTAREM ATÉ SEREM CONSIDERADOS IGUAIS AOS «NORMAIS»

Há 5 anos, no 5.º aniversário da ADFA, Bernardo Santareno escreveu para o «Elo» um dos mais belos artigos que o jornal da Associação publicou.

As linhas que Bernardo Santareno escreveu, cheias de força e incentivo mantêm-se e perduram, gravadas nas páginas do «Elo». O seu autor é que já não está entre nós. Passado pouco mais de um ano, em Agosto de 1980, falecia, deixando os deficientes portugueses enfraquecidos na sua luta, pois a ela se dedicara como poucos portugueses, com mais determinação e, sobretudo, mais esclarecimento que muitos deficientes da primeira linha.

Médico-psicólogo da Fundação Sain, Bernardo Santareno foi mais que um técnico naquela instituição de reabilitação de cegos. A sua acção, simultaneamente com um cunho humano profundo e uma aguerrida concepção da problemática da integração social, marcou muitos deficientes cegos, que a ele ficaram, em muito, a dever a capacidade de desafiar o mundo dos outros, disputando-lhes aí um lugar.

O escritor e o técnico de reabilitação uniam-se em Bernardo Santareno para avolumar a dimensão do homem sensível e sabedor, compreendendo como poucos portugueses deste tempo a questão da marginalização dos deficientes.

Neste 10.º aniversário da ADFA, recordamos e homenageamos aqui Bernardo Santareno, reproduzindo o artigo por ele escrito há 5 anos, relembando a grande lição que nele dá aos deficientes e que é oportuno ter sempre presente.

Não deixem que os outros, os «normais», tomem as rédeas da vossa luta. Isso só poderá ser depois, quando os obrigarem a sentirem,

sem véus nem mentiras subtis, até à última célula da sua consciência, um deficiente como seu igual.

«**B**ASTARDOS», segundo a concepção de J. P. Sartre, teriam sido os judeus na Alemanha nazi, os negros nos países colónias — ainda hoje, por exemplo, na América do Norte —, os homossexuais perante uma maioria heterossexual e, dum modo geral, os deficientes físicos.

Bastardos sociais, entenda-se. Porque é a sociedade dos «normais» (o que será isso?!), que criando e hipertrofiando «a diferença», os tenta empurrar para uma espécie de «guetos de diferentes», numa forma brutal à vez, de maneiras mais subtis outras vezes. Isto tem sido verdade também entre nós, em Portugal.

Os deficientes podem testemunhá-lo. Marginalizados pelos «normais», naturalmente que os «bastardos» procurem organizar-se em grupos sociais com leis e dinâmicas próprias. Nestes grupos nasce e cresce, naturalmente, uma agressividade crítica que eu considero saudável e necessária. Só que muitas vezes os fantasmas da depressão confundem e invalidam socialmente esta grande força.

Aqui têm um papel fundamental os «leaders» esclarecidos, mas não castrados, desde que aceites pela generalidade do grupo. Objectivos bem definidos, organização e vitalidade agressiva. Claro que é uma luta. O que não for conseguido na mesa das discussões que o seja, sem nenhum pudor, pelo escândalo.

Para isso, é preciso que aqueles que já conseguiram um mínimo de justiça social se não esqueçam dos muitos que vivem como dejectos,

sujeitos à indiferença obesa de muitos ou à caridade — ritual destinado a afastar a espada dos deuses vingadores! — de muitos outros.

Uma cadeia de rodas pode ser uma arma; uns olhos cegos e deformados são uma arma. Não hesitar em usar estas armas: Incomodar, violentar, rasgar a moleza dos mapas, interromper com estilhaços de raiva justa discursos inflamados e inúteis.

Nesta fase da luta dos deficientes portugueses pelos seus direitos, só a verdade de um deficiente será aceite como verdade inteira pelos outros deficientes. Não deixem que os outros, os «normais», tomem as rédeas da vossa luta. É um erro grave. Isso só poderá ser depois, quando os obrigarem a sentirem, sem véus nem netiras subtis, até à última célula da sua consciência, um deficiente como seu igual. Agora ainda não é verdade. Não se deixem enganar.

Assistimos, neste período da vida portuguesa, à tentativa de uma minoria de prepotentes ou ignorantes para consumir a liquidação do 25 de Abril e de todas as suas esperanças que vos englobam a vós, deficientes. Há já quem, publicamente, justifique as guerras coloniais e enalteça os seus «heróis» desencadeantes e responsáveis.

Isto num país cheio de cegos e estropiados de guerra. Não deixem que vos escondam e ignorem. Obriguem-nos à nossa presença. Violentem-nos. Vós sois uma bandeira. E exijam: Podem fazê-lo. Devem fazê-lo.

1.º DE MAIO

ADFA ENVIU SAUDAÇÕES AOS TRABALHADORES

Na comemoração do dia dos trabalhadores, 1.º de Maio, a ADFA enviou um telegrama às centrais sindicais, CGTP e UGT, que, em separado, assinalaram aquela data com manifestações.

No telegrama enviado, de igual teor para as duas centrais sindicais, a Direcção Central saudou o 1.º de Maio e os trabalhadores, assinando que a ADFA tem consciência que a sua luta é imprescindível para manter e conquistar os justos direitos e a adopção de medidas concretas que visem uma

maior justiça social para todos.

Assim, em mais um 1.º de Maio, a ADFA marcou o sua presença junto dos trabalhadores. Presença que, há alguns anos, chegou a ser física, mas teve de deixar de se verificar, porque a Associação não poderia participar em duas manifestações ao mesmo tempo e porque nessas manifestações tem vindo a sobressair cada vez mais a dimensão política e cada vez menos a atenção específica para problemas reais como o dos deficientes e reformados.

ÚLTIMA HORA DELEGAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU EM REUNIÃO COM A ADFA

À hora em que o jornal «ELO» era composto, no dia 7 de Maio, a Direcção Central da ADFA encontrava-se em reunião com uma Delegação da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, da Guiné-Bissau, que pretende criar uma organização que congregue os combatentes e vítimas da guerra, defendendo os seus interesses e pugnando pela sua integração sócio-profissional. Também a filiação na FMAC da referida organização a criar, o estreitamento de contactos com a ADFA e o estudo das possibilidades da ADFA vir a cooperar na fundação da instituição visada pela Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, constaram dos objectivos fundamentais da reunião.